



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ÉDYPO ROCHA MOURA

**CULTURA POLÍTICA E INTERNET: O USO DE REDES SOCIAIS E MÍDIAS  
DIGITAIS COMO FORMA DE PARTICIPAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA ENTRE  
OS JOVENS BRASILEIROS**

TERESINA

2018

ÉDYPO ROCHA MOURA

**CULTURA POLÍTICA E INTERNET: O USO DE REDES SOCIAIS E MÍDIAS  
DIGITAIS COMO FORMA DE PARTICIPAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA ENTRE  
OS JOVENS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação do professor Dr. Bruno Mello Souza, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

TERESINA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA  
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

M929c Moura, Édypo Rocha.  
Cultura política e internet : o uso de redes sociais e mídias digitais como forma de participação e socialização política entre os jovens brasileiros / Édypo Rocha Moura. – 2018.  
90 f.  
  
Dissertação (Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.  
“Orientador: Prof. Dr. Bruno Mello Souza”.

1. Cultura Política. 2. Confiança. 3. Participação. 4. Redes sociais. I. Título.

CDD 320

ÉDYPO ROCHA MOURA

**CULTURA POLÍTICA E INTERNET: O USO DE REDES SOCIAIS E MÍDIAS  
DIGITAIS COMO FORMA DE PARTICIPAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA  
ENTRE OS JOVENS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Mello Souza

Aprovado em 29 de novembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Bruno Mello Souza (UESPI)  
Orientador



Profa. Dra. Olívia Cristina Perez (UFPI)  
Examinadora Interna



Profa. Dra. Masilene Rocha Viana (UFPI)  
Examinadora Externa ao Programa

À minha filha, Eloá, e à minha esposa,  
Conceição, por todo o amor, a compreensão e  
o apoio, e por serem a minha fonte de  
inspiração.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nessa existência. Obrigado por me permitir errar, aprender e crescer; por Sua eterna compreensão e tolerância; por Seu infinito amor; pela Sua voz “invisível”, que não me permitiu desistir.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Mello Souza, pela competência, pela generosidade, pela confiança, pelo profissionalismo, pela paciência e pela leveza com que me conduziu durante toda a pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Olivia Perez e Profa. Dra. Masilene Rocha, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com essa dissertação.

Aos professores, pelo conhecimento repassado com tanta dedicação e profissionalismo.

À Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, por nos proporcionar um curso com tamanha qualidade e excelência.

Ao Instituto Federal do Piauí (IFPI), por acreditar e investir no aperfeiçoamento e na formação continuada de seus servidores.

À minha esposa, Conceição, por todo o amor, o carinho, a compreensão, o apoio e o incentivo em tantos momentos difíceis dessa caminhada

À minha princesa, Eloá, pelo amor incondicional e por ter “compartilhado” comigo essa missão, desde o seu nascimento.

À minha mãe, Diva, e ao meu pai, Edimar, por todo o amor, carinho e incentivo; e pela educação e formação que me oportunizaram.

Aos meus familiares e amigos, pelo apoio e pela torcida.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização dessa dissertação, o meu sincero agradecimento.

MOURA, Édypo Rocha. **Cultura política e internet**: o uso de redes sociais e mídias digitais como forma de participação e socialização política entre os jovens brasileiros. 2018. 90f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

## RESUMO

O presente estudo visa a examinar alguns aspectos atinentes à cultura política brasileira contemporânea, relacionados à juventude. Nesse ensejo, elementos como confiança, formas e mecanismos de participação e socialização política podem servir como indicadores de cultura e comportamento político entre os cidadãos de um país. Destarte, nos últimos anos, observa-se entre os brasileiros, especialmente os jovens, comportamentos diversos em relação à política: apatia e desinteresse com os mecanismos tradicionais de se fazer política e com as instituições, alternado com momentos de forte mobilização, envolvimento e participação. Assim, a presente dissertação pretende analisar em que medida elementos como a queda na confiança institucional e interpessoal, aliada à expansão do uso internet via massificação do uso de mídias e redes sociais pelos jovens brasileiros, têm refletido no comportamento e na cultura política destes. Para a realização desse estudo, foi desenvolvida uma análise quantitativa descritiva, a partir do banco de dados do Latinobarómetro e da Pesquisa Juventude Conectada, referentes a levantamentos feitos no Brasil, nos anos 2013 e 2015. A partir da análise de variáveis ligadas à confiança (confiança no governo, no Congresso Nacional, nos partidos políticos), variáveis de participação e socialização (participação pelo voto; por meio de partidos; em manifestações; por meio de redes e mídias digitais; relação entre a internet e participação política; e uso da internet para obtenção de informações sobre política), foi possível deduzir que a relação entre juventude brasileira e política tem se modificado nos últimos anos. Com efeito, nota-se que a crescente desconfiança dos jovens brasileiros em relação às instituições e aos mecanismos tradicionais de participação política tem levado a um distanciamento de formas convencionais, como o voto, os partidos, a representação por meio do Congresso Nacional, além das greves. Como alternativa a esse ambiente de desconfiança e insatisfação, a juventude brasileira tem recorrido a novas formas de participação e engajamento político, a partir das redes sociais e mídias digitais, a chamada *participação on-line* ou *digital*, revelando o potencial desses mecanismos como instrumentos indutores e complementares, capazes de fomentar a participação e a socialização política entre a juventude brasileira.

Palavras-chave: Cultura política. Confiança. Participação. Redes sociais.

MOURA, Édypo Rocha. **Political culture and the internet: the use of social networks and digital media as a form of political participation and socialization among young Brazilians.** 2018. 90pp. Dissertation (Master in Political Science) – Federal University of Piauí, Teresina, 2018.

### ABSTRACT

The present study aims at examining some relevant aspects to contemporary Brazilian political culture related to youth. At this point, elements such as trust, forms and mechanisms of political participation and socialization can serve as indicators of culture and political behavior among the citizens of a country. In recent years, among Brazilians, especially young people, different behaviors have been observed in relation to politics: apathy and indifference with traditional political mechanisms and with institutions, alternated with moments of strong mobilization, involvement and participation. Thus, this dissertation intends to analyze the extent to which elements such as the decline in institutional and interpersonal trust, allied with the expansion of internet use through the use of media and social networks by young Brazilians, have influenced their behavior and political culture. In order to carry out this study, a descriptive quantitative analysis was developed, based on the database of Latinobarómetro and Pesquisa Juventude Conectada, referring to surveys done in Brazil in the years 2013 and 2015. Based on the analysis of variables linked to trust (trust in government, in National Congress, in political parties) – and variables of participation and socialization (participation by voting, through parties, in demonstrations, through digital networks and media, the relationship between the Internet and political participation, and use of the internet to obtain information about politics), it was possible to deduce that the relationship between Brazilian youth and politics has changed in recent years. In fact, the growing distrust of Brazilian youth in relation to institutions and the traditional mechanisms of political participation has led to a distancing of conventional forms, such as voting, parties, representation through the National Congress, besides strikes. As an alternative to this environment of distrust and dissatisfaction, the Brazilian youth has resorted to new forms of participation and political engagement, from the social networks and digital media, the so-called *online or digital participation*, revealing the potential of these mechanisms as inductive and complementary instruments, capable of promoting participation and political socialization among the Brazilian youth.

Keywords: Political culture. Confidence. Participation. Social networks.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### QUADROS

Quadro 1	Variáveis utilizadas para a análise.....	17
----------	--	----

### GRÁFICOS

Gráfico 1	Confiança dos jovens brasileiros no governo.....	34
Gráfico 2	Confiança dos jovens brasileiros no Congresso Nacional.....	35
Gráfico 3	Confiança dos jovens brasileiros nos partidos políticos.....	36
Gráfico 4	Participação dos jovens brasileiros por meio do voto.....	39
Gráfico 5	Pertencimento dos jovens a algum partido político.....	40
Gráfico 6	A utilização das redes sociais pelos jovens brasileiros para manifestação sobre política em 2013.....	58
Gráfico 7	Participação da Juventude Conectada em mobilizações sociais.....	66
Gráfico 8	A utilização da internet em mobilizações sociais.....	67
Gráfico 9	Formas de participação offline da juventude (2013/2015).....	68
Gráfico 10	Formas de participação online da juventude (2013/2015).....	69
Gráfico 11	A relação entre a internet e participação política na juventude.....	71

### FIGURAS

Figura 1	Ilustração da hipótese de pesquisa.....	18
Figura 2	Uso da internet para a obtenção de informações.....	45
Figura 3	Principais fontes de busca para conhecimentos gerais e curiosidades.....	46
Figura 4	Como os jovens brasileiros costumam acessar a internet.....	56
Figura 5	A importância da internet para os jovens brasileiros.....	70

## **LISTAS DE SIGLAS**

CNI	Confederação Nacional das Indústrias
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPOBE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ONGS	Organizações Não Governamentais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
TICS	Tecnologias Informacionais e Comunicacionais
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 CULTURA POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL.</b> .....	20
1.1 <b>Discussão teórica sobre cultura política.</b> .....	20
1.2 <b>Conceituação e abordagens sobre capital social.</b> .....	23
1.3 <b>Cultura política e capital social no Brasil.</b> .....	28
<b>2 SOCIALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.</b> .....	42
2.1 <b>Socialização política.</b> .....	42
2.2 <b>Participação política.</b> .....	47
<b>3 INTERNET, REDES SOCIAIS E MÍDIAS DIGITAIS.</b> .....	55
3.1 <b>A disseminação da internet e das redes sociais no Brasil.</b> .....	55
3.2 <b>Uso de redes sociais e mídias digitais no Brasil.</b> .....	57
<b>4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA POR MEIO DA INTERNET.</b> .....	60
4.1 <b>Uso de redes sociais e mídias pelos jovens brasileiros como forma de participação e socialização política: análise dos dados.</b> .....	64
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS.</b> .....	79
<b>ANEXOS.</b> .....	86
ANEXO A – As etapas da Pesquisa Juventude Conectada (2015).....	87
ANEXO B – Questionário da Pesquisa Juventude Conectada (2015).....	89

## INTRODUÇÃO

A relação entre os cidadãos e o sistema político é sempre um tema de destaque nas discussões sobre política. A forma como tais relações acontecem – se de forma cívica ou não, com maior ou menor engajamento e participação política – é reflexo de diversos fatores: a confiança; a percepção sobre política; os meios de participação podem servir como indicadores do tipo de cultura política desenvolvida em um país.

Visando a compreender esses aspectos, faz-se necessário, inicialmente, alcançar um entendimento do que representa a cultura política e como ela se revela em determinado meio. Os estudos de cultura política versam sobre padrões comportamentais e atitudinais dos sujeitos em relação a assuntos políticos e sociais de uma sociedade, demonstrando as perspectivas destes em relação à política e como eles se veem inseridos nesse contexto de discussão e participação.

O conceito original de cultura política é fornecido pelo estudo de Almond e Verba (1963), que a definem como sendo as orientações e atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político e às suas instituições. De acordo com os autores, “o termo 'cultura política' refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, às suas diversas partes e ao papel dos cidadãos na vida pública” (ALMOND; VERBA, 1989, p. 12).

Para Moises (2008), a cultura política é atrelada a uma série de atitudes, crenças e valores políticos, tais como: orgulho nacional; respeito pela lei; participação e interesse por política; tolerância; confiança interpessoal e institucional, que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública. O referido autor defende que essas orientações exercem, ao longo do tempo, uma influência sobre os cidadãos quanto à legitimidade do sistema democrático.

Dessa forma, a cultura política é constituída pela transmissão de valores, crenças, atitudes e comportamentos políticos resultados das vivências dos indivíduos com a vida política de uma sociedade, mediante a socialização, e sofre interferência de diversos fatores, que podem indicar o tipo de cultura política observada em um povo – se mais participativa, com altos níveis de capital social, ou uma cultura de menor presença e engajamento cívico.

A fim de caracterizar e estabelecer o comportamento político dos jovens brasileiros nos últimos anos, considera-se oportuno promover uma análise sobre os elementos que podem influir nessa prática. Nessa dissertação, especificamente, trabalha-se com fatores de confiança e meios de participação e socialização política, destacando-se o cenário atual de fluxo acelerado de informações proporcionado pela expansão das Tecnologias Informacionais e

Comunicacionais (TICs) como um ambiente que tem propiciado mudanças nas relações das pessoas com a política. Assim, esse estudo almeja demonstrar a forma como esses instrumentos interferem na relação da juventude brasileira com as questões políticas.

Nesse contexto, observam-se diferentes formas de conduta e envolvimento com a vida pública entre a juventude brasileira. Nota-se, nos últimos anos, um declínio acentuado nos índices de confiança que os brasileiros depositam nas instituições e, particularmente, na classe política, além de um sentimento de desconfiança e descrédito em relação às instituições, ao governo, aos agentes públicos e ao próprio sistema – muitas vezes traduzido em desencanto, distanciamento e apatia<sup>1</sup> em relação à política –, o que tem refletido no comportamento político de muitos jovens brasileiros.

Atuações como essas podem ser evidenciadas pelos estudos de autores como Baquero (2004), Inglehart (2000), e Power; Jamisson (2005), confirmadas por pesquisas sociais mais recentes, como as realizadas pelo Latinobarómetro<sup>2</sup> – que também tem indicado essa realidade.

Dados do Latinobarómetro de 2015, por exemplo, revelaram que em relação à confiança no governo brasileiro, nesse mesmo ano, aqueles que afirmavam ter pouca ou nenhuma confiança representavam um percentual de quase 85% dos jovens brasileiros.

Em relação ao comportamento político da juventude brasileira, a literatura tem mostrado que ele oscila entre momentos de forte engajamento e participação política a fases de desânimo, desinteresse e afastamento de questões políticas.

A propósito, Silva Filho (2017) caracterizou alguns momentos da juventude brasileira da seguinte forma:

os jovens das décadas de 60 e 70 eram bastante engajados e participativos, já na década de 80, observa-se momentos de apatia e desinteresse; nos anos 90, volta-se a observar no Brasil uma considerável onda de participação da sociedade civil em mobilizações, o movimento “fora Collor” e os “caras pintadas” marcaram esse momento. A partir de 2010, presencia-se no país um resgate das formas massivas de participação, que podem ser visualizadas nos vários movimentos de cunho social e

---

<sup>1</sup> A apatia política é um estado em que o comportamento do indivíduo é caracterizado pela indiferença, passividade e falta de interesse em relação à política (SANI, 1986). Para Finley (1988), a apatia política surge de um sentimento de impotência, da impossibilidade de neutralizar aqueles grupos de interesse cujas vozes prevalecem nas decisões do governo.

<sup>2</sup> O Latinobarómetro é um estudo da opinião pública que aplica, anualmente, cerca de 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 600 milhões de habitantes. Investiga o desenvolvimento da democracia, economia e sociedade como um todo, usando indicadores de opinião pública que medem atitudes, valores e comportamentos. Os resultados são utilizados pelos atores sociopolíticos da região, atores internacionais, governo e mídia.

político, como, por exemplo, as jornadas de junho de 2013 (SILVA FILHO, 2017, p. 64).

Contudo, apesar de predominar a tentativa de caracterizar os jovens brasileiros como apáticos e desinteressados em relação à política, não se pode dizer que essa é a única realidade política na qual se tem encontrado a juventude brasileira, pois de acordo com Silva Filho (2017), esses momentos de desencanto, ceticismo e letargia revezam-se com períodos de fortes movimentações populares. É o que se certifica recentemente, com a “explosão” da onda de mobilizações e manifestações que ocorreram em junho de 2013, as pró e contra o *impeachment* da Presidente Dilma Roussef, e contra a corrupção, que emergiram em 2015 e 2016.

Nesse âmbito, roboram-se que a relação dos cidadãos com a política sofre mudanças ao longo do tempo. São alterações na percepção, nas formas de participação e socialização, que podem ser consequências de inúmeros fatores. Nesse trabalho, especificamente, salienta-se o papel da confiança institucional e interpessoal, e da internet como mecanismos que intervêm no comportamento político da juventude brasileira.

Com efeito, a presente dissertação pretende examinar alguns aspectos da cultura política brasileira, relacionados à juventude, a saber: a confiança, as formas de participação e os mecanismos de engajamento no que concerne às questões políticas. Estes podem indicar como tem se dado a relação desse segmento da sociedade com a política. Por isso, busca-se examinar em que medida a internet, por intermédio do uso de mídias e redes sociais, aliada à crescente queda da confiança institucional e interpessoal, tem motivado os jovens brasileiros em sua conexão com a política.

No caso brasileiro, onde o contexto histórico é marcado por desigualdades sociais e econômicas, e o cultural, por baixos índices de capital social, concebe-se uma crescente desconfiança institucional e interpessoal (CARNEIRO; MOISES, 2008). À vista disso, as instituições e os mecanismos de participação política parecem não atender mais aos anseios das pessoas que, em sua maioria, sentem-se desacreditadas, desinteressadas e desmotivadas em relação às formas tradicionais de se fazer política e, desse modo, buscam novas alternativas de participação.

Nesse sentido, esse estudo intenciona responder à seguinte problemática: em um ambiente marcado pelo fluxo acelerado de informações proporcionado, principalmente, pelo uso da internet, e diante da crescente desconfiança institucional e nos meios tradicionais de

participação, de que forma as redes sociais e mídias têm influenciado no comportamento político dos jovens brasileiros?

Enfatiza-se que um dos elementos essenciais nesse estudo é a confiança, o qual se faz presente na abordagem de cultura política. As relações de confiança estabelecidas entre os cidadãos ou entre eles e as instituições configuram-se como uma das nuances daquilo que se entende por capital social e servem como forte indicador de cultura política. A confiança é um aspecto crucial do conceito mais amplo de “capital social”, ou seja, as normas, redes e outras formas de “conectarmo-nos” que permitem às pessoas trabalharem em conjunto, mais efetivamente (FUKUYAMA, 2001; PUTNAM, 1993, 2000).

Tanto a confiança interpessoal quanto aquela depositada nas instituições políticas são pré-condições para a formação de associações secundárias que, por sua vez, podem agir como promotoras da participação política e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento da democracia, servindo como indícios de qualidade democrática e cultura política de um país.

Outro objeto desse trabalho são as redes sociais e mídias digitais. Tendo em vista o cenário de atuação das novas tecnologias e o surgimento de concepções digitais como ambientes que têm interferido na forma como os jovens se relacionam com a política, intenta-se estimular uma discussão sobre a potencialidade social e política da internet entre as juventudes, considerando esse recurso como crucial para o reforço de desenvolvimento de ambientes modernos de atuação democrática e para novas formas de participação e engajamento.

A fim de tentar apreender como a internet, por intermédio do uso de redes sociais e mídias digitais, tem atuado na relação dos jovens brasileiros com a política, é oportuno compreender que segmento da sociedade é esse, como se estrutura a sociedade brasileira, e de que maneira são organizadas as políticas públicas voltadas para esse público no país.

Quanto à definição do que seria juventude, Barbosa (2014) abonou que se trata de um conceito elástico e que ultrapassa marcações etárias ou critérios biológicos, incorporando outras dimensões. Para a autora, a juventude é entendida como uma construção sociocultural que tem a ver com as experiências dos sujeitos e como estas são significadas e narradas em cada contexto histórico e social.

Corroborando a definição do Estatuto da Juventude (Lei 12852/13), são classificadas como jovens as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos. Trata-se de uma definição puramente por faixas etárias, sem levar em conta outros aspectos, como os citados

por Barbosa (2014). Dados do Censo de 2010 dão conta de que no Brasil, há 51,3 milhões de jovens, o que equivale a cerca de 26,1% da população total do país.

Diante dessa representatividade dos jovens na população brasileira, são definidos como um segmento social complexo e diversificado. Para Silva Filho (2017), devem ser entendidos como uma categoria social produto de uma construção social e histórica. De acordo com o referido autor, ela é social porque sua construção enquanto grupo se dá a partir da relação dos jovens com outros atores sociais pertencentes a outras gerações, e com as instituições sociais como escolas, igrejas, bairro, cidade; e histórica porque muda de um tempo para outro – os jovens da década de 1960 e 1970, por exemplo, viveram momento diferente das juventudes contemporâneas.

Observando a juventude sob essa perspectiva, deve-se assimilar que a sua forma de se relacionar uns com outros ou com a política se modificou ao longo do tempo. Contemporaneamente, percebe-se certo distanciamento por parte dos jovens das formas tradicionais de se fazer política, uma vez que partidos, sindicatos, agremiações, movimentos estudantis parecem não atender mais aos interesses dessa camada da sociedade, que tem demonstrado desconfiança, insatisfação e descontentamento com a política tradicional.

Diante desse cenário de incredulidade e desprazer com a política promovida no Brasil nos últimos anos, supõe-se que a internet vem ganhando notoriedade como um espaço de socialização, discussão, expressão e manifestação política. Nessa perspectiva, constata-se no país um crescimento significativo do uso de internet e redes sociais, sobretudo entre os jovens – o público mais familiarizado com as TICs.

Para se ter uma ideia do crescimento do uso da rede mundial no Brasil, estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2013) apontou que 49,4% da população utiliza a internet, sendo seu uso maior por parte dos mais jovens: entre 15 e 17 anos, 75,7% acessam a internet; entre 18 e 19 anos, 73,8%; e entre 20 e 24 anos, 70,5%.

Em 2015, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2015), realizada pelo IBGE, o percentual da população que acessa a internet subiu para 57,5%, patenteando o crescimento entre os jovens: entre 15 e 17 anos, aumentou para 82%; entre 18 e 19 anos, saltou para 82,9%; e entre 20 e 24 anos, representava um total de 80,7%.

Diante disso, o presente estudo objetiva analisar se a onda de avanço das TICs, redes e mídias sociais digitais, atrelada a um crescente aumento da desconfiança política, tem influenciado a participação e socialização política entre os jovens brasileiros nos últimos anos. Combinando-se com esse propósito, elencaram-se os seguintes objetivos específicos:



examinar aspectos de confiança, participação e socialização dos jovens, a partir das variáveis confiança no Congresso Nacional, confiança nos partidos, confiança no governo, participação por meio do voto, participação por meio de redes sociais e mídias digitais, relação entre a internet e participação, uso da internet pelos jovens na busca de conhecimento sobre política; verificar os padrões culturais da juventude brasileira em relação às formas de participação e ao envolvimento político; contextualizar e examinar o processo de socialização política, internalização de valores e formação de identidades coletivas dos jovens brasileiros em um contexto de novas TICs; apresentar mecanismos alternativos de participação e socialização política utilizados pelos jovens, a exemplo das mídias e redes sociais (Facebook, Twitter, sites, aplicativos).

Para atingir esses objetivos, nesse estudo foi desenvolvido um diagnóstico quantitativo de estatística descritiva a partir dos dados de levantamentos feitos pelo Latinobarómetro e por meio da Pesquisa Juventude Conectada,<sup>3</sup> idealizada e coordenada pela Fundação Telefônica Vivo, realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), o Instituto Paulo Montenegro e o Núcleo das Novas Tecnologias da Comunicação Aplicadas à Educação Escola do Futuro – USP.

Os dados analisados referem-se a pesquisas cumpridas pelo instituto no Brasil. No caso do Latinobarómetro, trata-se de um estudo com uma amostra total de 1250 brasileiros de diferentes regiões do país. Para efeito desse estudo, será proporcionado um recorte dessa amostra apenas com o segmento juvenil, de 16 a 29 anos, totalizando 380 entrevistados.

Em relação à metodologia da Pesquisa Juventude Conectada (2013, 2015), a apresentação da pesquisa descreve que para mapear comportamentos, opiniões e perfis de uso da internet pelo jovem brasileiro, o estudo combinou múltiplas metodologias de investigação, aplicando-as em etapas quantitativas e qualitativas, ao longo do segundo semestre de 2015.

A etapa qualitativa foi desenvolvida a partir de oficinas presenciais, discussões em grupos, entrevistas em profundidade com um grupo de 11 jovens de diversas regiões do

---

<sup>3</sup> A Pesquisa Juventude Conectada, idealizada pela Fundação Telefônica Vivo, e realizada em parceria com o Ibope Inteligência e com o Instituto Paulo Montenegro, é complexa e inovadora sob múltiplas dimensões, as quais merecem destaque. É complexa pela dificuldade de cruzamento de dados quantitativos extensivos – *survey* com 1.440 respondentes – com análise de conteúdo de entrevistas em profundidade e *focus groups*. As vertentes estruturantes contemplaram classe socioeconômica, gênero, faixa etária, ocupação, nível de escolaridade, infraestrutura regional, urbanidade e metropolização. Quatro eram os focos de análise privilegiados nessa pesquisa e, assim, as questões foram estruturadas para abordar: #comportamento, #educação e aprendizagem, #ativismo e #empreendedorismo. Como inovação, utilizamos um *software* de monitoramento de navegação de dez entrevistados, denominado *E-meter*. Também de caráter inovador foi a metodologia de caracterização do perfil de navegação dos jovens pesquisados em três grupos, denominados: exploradores iniciantes, exploradores intermediários e exploradores avançados.

Brasil, selecionados a partir de um teste online que medeia o seu repertório de conexão com a internet. Os resultados desses testes foram posteriormente verificados por especialistas em comportamento jovem, educação, empreendedorismo e ativismo, a fim de fornecer *insights* sobre o comportamento desses jovens em relação à internet e aos temas abordados na pesquisa (PESQUISA JUVENTUDE CONECTADA, 2015).

A fase quantitativa foi efetuada por meio de uma pesquisa com amostra nacional, mediante entrevistas pessoais com 1.440 jovens das classes A, B, C e D, de 15 a 29 anos, de todas as regiões do Brasil, tanto nas capitais quanto em cidades do interior, os quais acessam a internet com frequência semanal. Os participantes, abordados em pontos de fluxo de pessoas em suas respectivas cidades, passavam por uma triagem inicial, e os que foram qualificados responderam ao questionário, aplicado por meio de tablets (PESQUISA JUVENTUDE CONECTADA, 2015).

Dessa forma, em consonância com os idealizadores da pesquisa, ao combinar múltiplas abordagens, o estudo Juventude Conectada tinha como propósito atingir uma projeção estatística dos resultados obtidos na etapa quantitativa, com as discussões em grupo, com vistas a ajudar a identificar traços culturais, diferenças regionais e sociais relevantes para a reprodução dos usos que os jovens brasileiros fazem da internet.

De acordo com o relatório da Pesquisa Juventude Conectada, o levantamento é complexo e engloba diferentes eixos temáticos:

fizemos uma imersão no mundo dos jovens, entrevistando 1.440 pessoas por todo o território nacional, em 2015. Realizamos grupos de discussão em profundidade em cinco capitais, e entrevistamos 10 especialistas, captando reflexões e tendências. A pesquisa teve como base os mesmos quatro eixos de investigação da edição passada: comportamento, educação, ativismo e empreendedorismo, refletidos, ainda, em artigos autorais dedicados a esses temas (PESQUISA JUVENTUDE CONECTADA, 2015, p. 2).

O uso desse banco de dados e da referida pesquisa justifica-se por apresentar uma ampla variedade de questões que podem ser usadas como indicadores de participação e envolvimento em questões públicas, confiança institucional e interpessoal, formas de participação e socialização, uso de redes sociais como forma de participação, as quais serviram de base para subsidiar as análises desse estudo.

Para tanto, serão empregadas variáveis ligadas à confiança, participação e socialização política, a fim de investigar a influência das redes sociais e mídias digitais no comportamento político dos jovens brasileiros nos últimos anos.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas para a análise

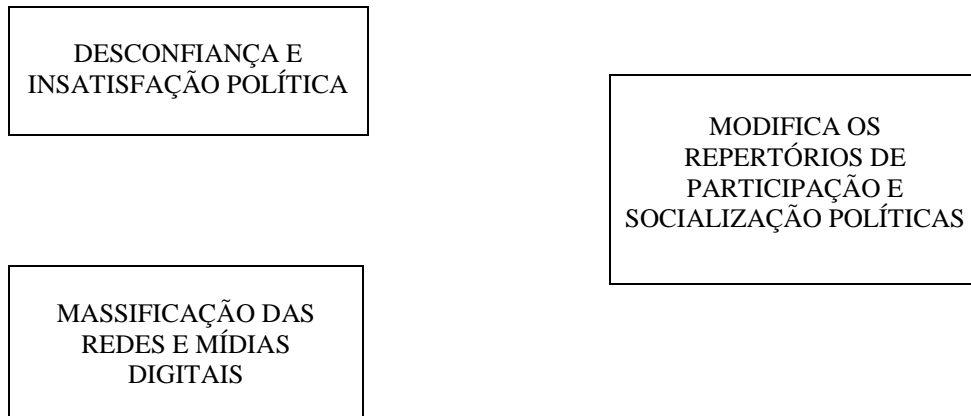
<b>VARIÁVEIS (PARTICIPAÇÃO e SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA)</b>	<b>VARIÁVEIS (CONFIANÇA)</b>
Participação pelo voto	Confiança no governo
Participação em partidos políticos	Confiança no Congresso (parlamento)
Participação por meio de redes sociais e mídias digitais (comentários, compartilhamentos, curtidas)	Confiança nos partidos políticos
Participação em manifestações	
Apoio à participação pela internet	
Como os jovens veem a relação entre a internet e a participação política	
Uso de internet pelos jovens brasileiros para a obtenção de informações sobre política	

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados pelo Latinobarómetro e Pesquisa Juventude Conectada (2013, 2015).

No presente estudo, a análise será elaborada a partir de um recorte temporal que tem como base os anos de 2013 e 2015. A escolha desse período justifica-se pelo fato de corresponder aos dados mais recentes disponibilizados pelo Latinobarómetro, representar o ciclo de levantamento das duas versões da Pesquisa Juventude Conectada, além retratar conjunturas políticas e econômicas diferentes – conforme será demonstrado posteriormente –, o que pode imprimir um aspecto de comparabilidade como forma de fornecer os aportes necessários para essa investigação.

A hipótese levantada é a de que a crescente queda na confiança institucional e nos meios tradicionais de participação, aliada à massificação do uso de redes sociais e mídias digitais entre os jovens brasileiros, tem modificado os repertórios de participação e socialização política, levando a uma relativa mudança no comportamento político da juventude brasileira, em conformidade com a Figura 1.

Figura 1 – Ilustração da hipótese de pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Nesse cenário de descrédito e desconfiança perpetuado entre os jovens em relação à política brasileira, e de massificação de redes sociais e mídias digitais, pretende-se averiguar como esses elementos refletem na participação e socialização política desse segmento. Realça-se que a abordagem desse estudo não ambiciona fazer uma inferência causal (causa e efeito) entre os elementos, mas uma descrição de cada um dos eixos, com uma possível relação de influência acerca da participação e socialização política desses jovens.

Embora a cultura política seja um tema presente nas discussões de ciências sociais – a exemplo dessa, que envolve o capital social (confiança) e a participação política a partir de novos ambientes, formados pela expansão do uso de internet e mídias e redes sociais –, ainda é recente, mas de grande relevância, uma vez que se vive em ambiente digital e globalizado onde tudo, inclusive as relações sociais e políticas, é afetado por essa conjuntura.

Assim, a discussão que se tenta estabelecer nessa dissertação – que averigua em que medida o aumento da desconfiança em relação às instituições e a insatisfação com as formas convencionais de participação, somadas à massificação do uso de redes sociais e mídias digitais, tem refletido no comportamento político de jovens brasileiros nos últimos anos – visibiliza-se como essencial em um panorama de discussões sobre crise política, de legitimidade, e democrática, no sentido de tentar assinalar alternativas reconhecidas pela juventude brasileira nesse ambiente de desconfiança com a política ostentada nos últimos anos.

Tendo isso em vista, esse estudo foi elaborado por etapas, quais sejam: identificação, seleção e estudo de materiais documentais e bibliográficos referentes à temática; identificação e estruturação dos dados selecionados; análise comparativa entre o material teórico

pesquisado e os dados apurados, com a finalidade de estabelecer as implicações sobre o objeto de estudo.

Nas páginas seguintes, apresentam-se os resultados desse esforço analítico, organizado em quatro seções: na primeira, apresenta uma abordagem sobre os conceitos de cultura política e capital social, projetando uma discussão desses temas no horizonte brasileiro; na segunda, será tematizada a socialização e participação política, traçando um paralelo entre as formas tradicionais e as novas formas de participação e socialização política, a exemplo das redes sociais e mídias digitais; no terceiro momento, será discutida a difusão da internet, das redes sociais e mídias digitais entre os jovens brasileiros; em seguida, a quarta seção abordará o papel dessas redes e mídias digitais como mecanismos de socialização e participação política, verificando esse ponto de vista à luz dos dados de pesquisas consultadas nesse estudo; finalmente, serão reveladas as considerações finais a respeito da temática proposta, com vistas a designar aspectos da cultura política da juventude brasileira na atual situação.

Deseja-se, pois, vislumbrar como essa nova dinâmica de redes e mídias sociais digitais tem concorrido para o comportamento político de jovens brasileiros, em uma tentativa de explicar atitudes e comportamentos atinentes a questões relevantes para o país.

Dessa forma, debater a participação política dos cidadãos, seja formal ou informal, pelos canais de comunicação tradicionais ou pelas novas tecnologias, torna-se indispensável, especialmente quando se trata da participação política de jovens que estão construindo sua visão de mundo e de política, além de abrir espaço para a sua presença e atuação na sociedade.

# 1 CULTURA POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL

## 1.1 Discussão teórica sobre cultura política

A cultura política representa um elemento de grande importância na relação entre os cidadãos e a política, que indica como essa relação tem ocorrido – se com maior ou menor engajamento e participação dos cidadãos com a política. Os primeiros ensinamentos sobre o tema foram inaugurados com a publicação de um estudo comparativo entre cinco países, de autoria de Almond e Verba, divulgado em 1965, onde as conclusões indicavam que os países de origem anglo-saxã tinham uma cultura que favorecia a democracia, ao contrário da de origem latina.

Na obra clássica desenvolvida por Almond e Verba, *The civic culture*, o conceito de cultura política estava delimitado às atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos. Então, “o termo 'cultura política' refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e ao papel dos cidadãos na vida pública” (ALMOND; VERBA, 1989, p. 12).

Com esse conceito, pretendia-se chegar à caracterização daquilo que seria a cultura política de uma nação, definida como “[...] a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação” (ALMOND; VERBA, 1989, p. 1).

Em seus estudos, os referidos autores distinguem três tipos de orientação política, a saber: 1) a “orientação cognitiva”, que significa o conhecimento do sistema político e a crença nele, nos seus papéis e nos seus titulares, seus *inputs* e *outputs*; 2) a “orientação afetiva”, que se traduz pelos sentimentos sobre o sistema político, seus papéis, as pessoas e o seu desempenho; e 3) “a orientação avaliativa”, significando o julgamento e as opiniões sobre os objetos políticos, que tipicamente envolvem a combinação de padrões de valor, bem como de critérios de valor com informações e sentimentos (ALMOND; VERBA, 1989, p. 14).

Dessa forma, para Almond e Verba (1989), a cultura política é dada pela frequência dos diferentes tipos de orientações cognitiva, afetiva e valorativa diante do sistema político em geral, dos seus aspectos políticos e administrativos, e do papel do indivíduo enquanto ator político. Essa ideia resulta em três tipos básicos de cultura política: paroquial (típica das sociedades tradicionais, não representa interesse pelo sistema político); subordinada (com maior interesse nos efeitos administrativos do que no processo político e no papel individual);

participativa (voltada mais para o papel “ativista” de cada um, valorizando as estruturas e os processos, tanto políticos quanto administrativos).

Sendo assim, a cultura política de uma nação formar-se-ia a partir dessas orientações. Em conformidade com os citados autores, seria a distribuição particular de padrões de orientação política no que se refere a objetos políticos entre os membros da nação, caracterizando-se como uma lealdade às instituições do regime democrático. As orientações políticas dos cidadãos, determinadas pela dimensão cognitiva, afetiva e avaliativa, são indispensáveis para promover a participação e a legitimidade do sistema político.

Nessa concepção de cultura política, Souza (2017) afirmou que aparecem, ainda, como características fundamentais, a sofisticação política, refletida pelo interesse e conhecimento dos cidadãos sobre o funcionamento dos mecanismos institucionais dos governos, e o nível de orientação de ordem avaliativa em relação às instituições ou ao governo, avaliação essa relacionada à confiança e satisfação dos cidadãos que se sentem ouvidos e inseridos no processo político, configurando o que se entende por eficácia política subjetiva.

Ao analisar aspectos e características da cultura política conforme elaboração de Almond e Verba (1989), o “culturalista” Baquero (2011, p. 33) manifestou que

as classificações de uma cultura política vão além de simples descrições ou percepções do mundo sobre os assuntos cotidianos, mas envolvem expectativas e comportamentos. São essas expectativas que influenciam a mentalidade que se institucionaliza na arena política. Isso explicaria por exemplo, por que os cidadãos se orientam para valorizar ou não os princípios democráticos. Igualmente, as expectativas das pessoas auxiliam a formatar a própria política e o comportamento dos indivíduos como membros de uma comunidade, na medida que se estabelece um contrato social onde o viável e o legítimo dentro de um sistema político dependem do contexto no qual as pessoas interagem.

Entende-se, pois, que os estudos de Almond e Verba (1989) representam um marco para as reflexões sobre cultura política, por serem os pioneiros a tentar conceituar esse tema e por permitirem uma observação de regularidades e padrões atitudinais relacionados ao sistema político.

Outro estudo de grande contribuição para a temática da cultura política foi o de Inglehart (1990), que definiu esse conceito com base em atitudes básicas, valores e habilidades existentes em diferentes culturas. Para ele, fatores temporais e intergeracionais também devem ser observados em estudos sobre cultura política. Em suas análises, constatou mudanças relevantes nas culturas das sociedades industriais, provenientes de alterações econômicas, tecnológicas e sociopolíticas.

Corroborando o autor relacionado, essas mudanças acontecem de forma gradativa, refletindo mudanças nas experiências formativas que moldam as diferentes gerações. Nesse sentido, os valores tradicionais e as normas permanecem presentes em gerações antigas, mas novas orientações têm começado a penetrar nas gerações modernas, suscitando uma substituição ou realocação das tradições. A colaboração de Inglehart (1990) dá-se, pois, no sentido de estabelecer uma relação dos impactos das mudanças socioeconômicas sobre a cultura política, observando esses fatores temporais e intergeracionais.

Entretanto, nota-se a influência desses fatores no desenvolvimento de uma cultura nessas sociedades, quanto à incorporação de novas percepções e demandas trazidas pelas novas gerações, resultando em novas formas de pensar e agir dos cidadãos. Sobre as formas de incorporação da cultura política, Souza (2016) delineou que alguns dos indicadores que permitiriam examinar a cultura política de uma localidade seriam: o interesse pelas questões políticas; as formas como as pessoas decodificam as instituições; e as predisposições democráticas dos sujeitos.

De acordo com Baquero (2008), a análise de algumas dimensões atitudinais permite assimilar quais predisposições têm poder explicativo quanto ao desenvolvimento de uma personalidade política crítica, bem como atitudes de apoio à democracia. Para o autor, essas condutas possibilitam a diferenciação dos indivíduos quanto à sua eficácia política, um conceito abordado por Almond e Verba (1963), quando enfatizaram que a autoestima política, ou seja, a autoavaliação sobre a relevância que os indivíduos creem ter do cenário político interfere nas predisposições sobre a política: quanto maior essa autoestima, mais os cidadãos apresentam interesse e vontade de participar da política.

Essa ideia de eficácia política subjetiva existe quando os sujeitos denotam certa percepção de que sua participação e seu engajamento no âmbito político efetivamente geram impactos em termos de resultados e soluções de suas demandas por parte do governo, ou seja, os cidadãos sentem-se “ouvidos” pelo poder público e tendem a participar mais, pois para eles, isso reflete algo.

Sobre a ligação dos sujeitos com a política, alguns autores reproduzem a eficácia política subjetiva como um aspecto de cultura política. Gomes (2005, p. 6), por exemplo, ilustra isso de maneira mais prática:

[...] Há também as condições culturais, relacionadas à cultura política, entendida a cultura ainda no sentido de significados e valores socialmente compartilhados. Neste âmbito, lidamos com concepções disseminadas, imagens públicas dominantes, impressões e opiniões sobre matérias, posições e sujeitos e tudo o mais do domínio



das representações, dos valores e do imaginário. Pois bem, parece bastante comum a ideia de que convicções e representações podem ser importantes para promover ou desestimular a participação civil na política. Assim, se o público tem a impressão de que a sua intervenção política pode fazer alguma diferença para conduzir nesta ou naquela direção a decisão acerca dos negócios públicos, então possivelmente se sentirá compelido a produzir intervenções mais constantes e mais qualificadas[...].

Por sua vez, Mesquita e Lacone (2015) ratificaram que a cultura política pode ser distinguida entre atitudes que os cidadãos manifestam em relação ao sistema político e aquelas relacionadas a si mesmos, na qualidade de atores políticos. O primeiro tipo pode ser traduzido como apoio político e enquadramento multidimensional – apoio à comunidade política, adesão a valores democráticos, satisfação com o funcionamento da democracia, confiança nas instituições e avaliação de atores políticos –, sendo proposto por autores como Norris (1999). Já a participação política está relacionada a esse segundo tipo de orientações que os cidadãos manifestam em relação a si mesmos enquanto atores políticos, e que inclui, igualmente, o interesse e conhecimento por política (SCHMITT-BECK; VOLTMER, 2007).

Logo, a cultura política pode espelhar aspectos como o envolvimento, as orientações e as atitudes dos cidadãos sobre o sistema político, definindo-os como mais ou menos participativos. Quando existe uma cultura política mais orientada para a participação, ela é capaz de gerar estoques de capital social (COLEMAN, 1988; PUTNAM, 1996), ou seja, tem o potencial de aumentar a confiança tanto entre as pessoas, quanto entre estas e as instituições políticas.

À vista disso, uma cultura política de interesse e engajamento, voltada à valorização da democracia, inclina-se a se fortalecer pelo aumento da confiança nas pessoas e nas instituições, tendo em vista que quando confiam umas nas outras, tendem a se associar em busca do bem comum. Por essa razão, o conceito de capital social ocupa papel de destaque nesse trabalho, e será abordado a seguir.

## **1.2 Conceituação e abordagens sobre capital social**

Um dos conceitos de relevo dentro dos debates teóricos a cerca de cultura política é o capital social, traduzido pela confiança, tanto interpessoal quanto institucional. Conforme argumentou Borba (2006, p. 6), “o conceito de capital social, embora não seja tão antigo, já possui uma notável trajetória dentro das ciências sociais, sendo também um instrumento utilizado de avaliação da capacidade e qualidade governamental.”

Existe uma vasta literatura sobre diversos aspectos de capital social, trazendo conceitos multidisciplinares que têm contribuído com a sua definição. Entre as principais obras, sobressaem-se os trabalhos de Bourdieu (1980), na educação; Coleman (1988), na sociologia; Putnam (2000), na ciência política; e Fukuyama (2001), na história econômica e na sociologia.

Uma das primeiras delimitações de capital social foi identificada por Hanifan (1916), para quem ele retrata um conjunto de elementos que permeiam a vida cotidiana dos sujeitos, a exemplo de boa vontade, simpatia, camaradagem – plasmados nas relações sociais desses indivíduos. Assim, aponta o capital social como um tipo de “bem” que pode ser “economicizado”, acumulado como um capital, capaz de ajudar a melhorar as condições de vida dos membros de uma comunidade.

Outra proposta de designação de capital social é de Bourdieu (1980), que o conceptualiza em termos gerais como o poder de mobilização que os indivíduos possuem em relação a um grupo. É um bem perseguido individualmente por cada sujeito, ao estabelecer laços estratégicos, aprimorando e expandindo suas relações. Nessa ótica, as redes sociais não são dadas naturalmente, mas precisam ser construídas por meio de investimentos racionais, pautados por distintas estratégias, tendo como finalidade a obtenção de outros benefícios (PORTES, 1998).

Na proposta por Bourdieu (1986, p. 6), o capital social consiste em um nível individual onde os indivíduos se relacionam em redes sociais para obter com mais facilidade bens e recursos econômicos, de modo que

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

Nessa esfera, Coleman (1988) realizou abordagens sobre o tema aduzindo que o ponto de partida da teoria do capital social seria a teoria da escolha racional, embora o autor rejeitasse o individualismo presente nesta. Assim, expôs o capital social por sua função como uma variedade de entidades detentoras de dois elementos em comum: o primeiro é que todas consistem em alguns aspectos que remetem às estruturas sociais; o segundo é que, por meio desses mecanismos, encontram-se facilitadas certas ações por parte dos atores sociais dentro da estrutura.

Contrastando-se as acepções dos supracitados autores, tem-se que Bourdieu (1980) compreende o capital social como uma propriedade do agente, como relações sociais que oportunizam aos indivíduos ou grupos obterem recursos ou reconhecimento. Contrariamente, Coleman (1988) vê o capital social não como uma característica do indivíduo, mas sob um sentido funcional, um conjunto de elementos que possibilita aos atores satisfazerem seus objetivos em dada estrutura social.

Inquirindo o conceito de capital social pelo prisma da ação coletiva e da relação entre indivíduo e sociedade, poder-se-ia dizer que Coleman (1988) inclina-se mais para a sociedade e Bourdieu (1980), para o indivíduo ou, em sua terminologia, para o “agente.”

Referência nos estudos sobre capital social, Putnam (2005, p. 177), em sua pesquisa sobre a cultura cívica e o desenvolvimento regional da Itália, externa um debate no qual reconhece que as sociedades são mais desenvolvidas quando possuem capital social, na medida em que “são práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como, sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação.”

Além das relações de confiança e reciprocidade, o aludido autor ressaltou que o capital social está ligado ao processo histórico e cultural, “o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições” (PUTNAM, 2005, p. 191). Ademais, relacionou de forma causal desempenho institucional e participação cívica, e chegou a duas generalizações: a preeminência do contexto sócio-histórico na ação coletiva horizontal e a importância do papel das instituições públicas para estimular o associativismo

Em uma ótica mais voltada à esfera social, Putnam (2001) argumentou que o capital social pode ser entendido como acúmulo de confiança, reciprocidade e associativismo horizontal que é fruto da confiança interpessoal em redes de solidariedade capazes de produzir relações cívicas virtuosas.

Em *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*, Putnam (2002) objetivou contribuir para a compreensão das instituições democráticas a partir da experiência da Itália nos anos 1970. Com esse propósito, descortinou três conceitos: desempenho institucional, comunidade cívica e capital social.

De acordo com Borba (2006), o autor questionou o desempenho das instituições formais, a politização de uma sociedade e o seu dever cívico, juntamente com o grau de confiança e socialização dos indivíduos para o funcionamento da política e do governo. Além de indagações sobre o desempenho institucional, o autor avaliou a qualidade da democracia

de seus cidadãos, agregando essas duas variáveis – “desempenho institucional” e “qualidade dos cidadãos –, chegando ao “conceito de comunidade cívica.” Estas são, para Putnam (2002), as condições necessárias para o êxito da democracia.

Em um esforço para teorizar a confiança, Putnam (2002) elencou dois componentes reputados como essenciais para a sua definição. O primeiro é a reciprocidade. A confiança é essencialmente um conceito relacionado à interação entre atores. Em uma sociedade onde estes acreditam que o comportamento confiante será recompensado e que a interação contínua em um período de tempo cria um padrão duradouro de reciprocidade, a cooperação é muito mais viável. O segundo elemento da confiança é que ela pode criar dependência de trajeto. Para o autor, a confiança constrói-se durante um longo período de tempo e, uma vez estabelecida, tende a continuar, ainda que exija constante exercício. Por isso, sua teoria empregou indicadores agregados de civismo, tais como quantidade de associações voluntárias, índice de participação política – que inclui resultados de eleições e referendos –, e diversidade de meios de comunicação.

Putnam (1993, p. 177), ao mostrar a ideia de capital social como sendo as “características de uma organização social, tais como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade”, oferece *insights* valiosos sobre o papel da confiança interpessoal.

Nessa lógica, a cooperação espontânea é acentuada pela presença de elementos de capital social. Recursos como a reputação e a confiabilidade individual, ambas ligadas à confiança, motivam a melhoria econômica pessoal. Portanto, “a confiança é um componente básico do capital social”, uma vez que é a base para a formação de redes sociais (PUTNAM, 1993, p. 180).

Na concepção do referido autor, a confiança tem papel substancial na formação do capital social, e mais: esse indicador conta com a capacidade de diferenciar outros tipos de capital social, porque quando ela existe, gera cooperação, provocando ainda mais confiança. De modo contrário, quando se tem uma queda na confiança, os laços são enfraquecidos e a cooperação entre os indivíduos diminui. Nesse sentido, a confiança interpessoal é uma garantia de que os indivíduos se comportarão de modo previsível. Como consequência, os contratos e as leis serão respeitados e a cooperação será incentivada quando há aumento na confiança institucional.

Por esse ângulo, o conceito de capital social serve para tentar compreender as relações de confiança, sejam institucionais ou interpessoais, e como elas podem contribuir para o

desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, participativa e inclusiva, no sentido de que a confiança provoca um estreitamento dos laços, via cooperação e busca de um bem comum, resultando em maior aproximação e envolvimento dos cidadãos com as questões políticas.

Analisando essa relação, Souza (2016, p. 11) assim se manifestou:

os laços de confiança estabelecidos por meio do capital social se constituem, dessa maneira, como um elemento capaz de “lubrificar” as relações políticas e o regime democrático, com tais laços cimentando aspectos como a participação política e um maior engajamento junto as esferas decisórias, a medida que os atores venham a compartilhar interesses e adquiram ferramentas simbólicas que permitem a ação coletiva.

Consoante Putnam (2000), o capital social são práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos em uma determinada sociedade, bem como sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação. Seguindo essa lógica, deduz-se que quanto maior for a capacidade de os cidadãos confiarem uns nos outros – para além de seus familiares –, assim como quanto maior e mais rico for o número de possibilidades associativas em uma sociedade, maior será o volume de capital social.

Nesse sentido, o conceito de capital social sugere que sociedades em que os cidadãos cooperam entre si e possuem relações de confiança recíproca demonstram melhor desenvolvimento econômico e social, o que acarreta um círculo virtuoso de confiança que leva a uma cultura cívica participativa. A questão central é que a confiança, a cooperação e os espaços de participação social entre o Estado e a sociedade são elementos positivos e essenciais para o bom funcionamento das democracias (PUTNAM, 2001).

Outra definição de capital social foi proposta por Fukuyama (2001), que o aprecia como sendo uma norma informal capaz de promover a cooperação entre os indivíduos, com base em relações de reciprocidade. Enquanto na dimensão econômica esses laços servem para reduzir custos de transação, na esfera política promovem um tipo de vida associativa necessário para o sucesso de governos limitados, no contexto democrático moderno. Ao mesmo tempo em que o capital social é proveniente, diversas vezes, de jogos baseados no já bastante conhecido *dilema do prisioneiro*, ele também possui sua origem em aspectos como religião, experiências históricas compartilhadas e outros tipos de normas culturalmente estabelecidas.

Fukuyama (2001) também sublinhou a existência de certa oposição dos laços de capital social em culturas tradicionais e organizações sociais em relação à modernização

econômica. O referido autor proclamou que os grupos constituídos nesses cenários possuem laços de confiança extremamente estreitos, os quais dificultam a cooperação entre seus membros e sujeitos que se encontram fora do círculo, gerando externalidades negativas de exclusão e fechamento.

Por outro lado, a modernização permite a existência de um amplo número de grupos sociais sobrepostos e, por consequência, múltiplas relações de pertencimento e identidades. Dessa forma, a confiança é a expectativa que nasce no meio de uma comunidade de comportamento estável e cooperativo, baseada em normas compartilhadas por esses mesmos membros (FUKUYAMA, 2001).

Dentro da hipótese formulada nesse trabalho, adotou-se a dimensão teórica de capital social proposta por Putnam (2000), que sugere o capital social como engajamento cívico via participação, e por Fukuyama (2001), que vincula a ideia de capital social como um bem comunitário ligado à confiança nas relações sociais, seja institucional ou interpessoal.

Nessa lógica, a análise da cultura política de um país e dos elementos que a influenciam pode demonstrar o nível de democracia e de envolvimento dos cidadãos com as questões públicas. Para Baquero (2004), a legitimidade e a credibilidade de um sistema político são proporcionais ao nível de participação e confiança dos cidadãos nas instituições políticas, ou seja, no capital social.

### **1.3 Cultura política e capital social no Brasil**

Em uma tentativa de instigar uma análise sobre a cultura política e o capital social no Brasil, importa observar alguns aspectos de natureza histórica e política do país. De acordo com Baquero (2011), é oportuno sublinhar que o país entrou em um novo ciclo político-histórico, com novas demandas dos cidadãos e questionamentos acerca do paradigma formal-procedimental de democracia representativa.

A propósito, Moraes (2017) esclareceu que o processo de democratização do Brasil, a partir da década de 1980, após o fim do regime autoritário, vem apresentando incongruência entre a prática de uma democracia formal e a existência de desigualdade social. Para a autora, há práticas de democracia formal que parecem estar na “contramão” da realidade econômico-social do país.

Diante dessa situação, Moisés (1989) revelou que um dos desafios mais significativos da transição para a democracia no Brasil é a redução da distância histórica existente entre as

instituições políticas e os processos sociais, que seria a responsável pelo afastamento entre as necessidades / expectativas populares e os mecanismos de produção das decisões públicas.

Em nível nacional, observa-se que a transição para a democracia ocorreu antes da construção de valores democráticos, a exemplo da importância da participação política e do interesse por assuntos políticos. Ademais, conta-se com instituições não sólidas, o que traduz a formação de uma cultura política e sobre o capital social do país.

Nessa perspectiva, tem-se verificado na bibliografia sobre a evolução do Estado brasileiro “a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem criado empecilhos a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país”, o que, para o autor, demonstra que no país não se restabeleceu uma sociedade civil participativa, ficando a cargo das regras do jogo político o bom desempenho institucional para garantir uma democracia de qualidade (BAQUERO, 2001, p. 99).

Ressalta-se que no país, os estudos sobre capital social e cultura política vêm ganhando mais notoriedade em virtude dos trabalhos de Marcelo Baquero, José Álvaro Moisés e Julian Borba, entre outros. As investigações de Baquero (2001, 2002, 2003, 2004), por exemplo, refletem sobre capital social e estabelecem uma relação de causalidade entre confiança interpessoal, confiança nas instituições e consolidação democrática, e têm indicado um *déficit* de legitimidade na democracia brasileira, provocado pela ausência de convicção interpessoal e nas instituições.

Em seu estudo sobre o impacto da confiança nas forças armadas sobre a cultura política e o capital social, Souza (2016) anunciou que a definição de cultura política de Almond e Verba (1963) indica que algumas características, como a sofisticação política, circunspectas pelo interesse e conhecimento dos cidadãos sobre o funcionamento dos mecanismos institucionais dos governos, e o nível de orientações em relação à avaliação – seja de uma instituição, de um regime ou de um governo – traz aos sujeitos um sentimento maior de confiança e satisfação.

Em face dessa relação entre a confiança e a eficácia política subjetiva, o autor abonou que

[...] quando se avalia bem um governo ou uma instituição os cidadãos tendem a confiar mais nessas entidades, de forma que se sentem mais satisfeitos e capazes de agirem e serem ouvidos no processo político, aumentando sua eficácia política subjetiva, ou seja, o sentimento pelo qual os indivíduos apontam ter consciência de que podem contribuir de forma efetiva para o andamento do regime, o que reflete

um indivíduo consciente de seu papel e disposto a desempenhá-lo quando preciso (SOUZA, 2016, p. 14).

Então, denota-se como o capital social interfere na cultura política. Na formação de vínculos e laços entre as pessoas, a confiança mostra que acreditar nas pessoas pode levar ao sentido de pertencimento a uma classe, de união, de busca pelo bem comum ou por aquilo que julgam como uma bandeira de luta. Em relação à confiança interpessoal, cabe enfatizar, ainda, que ela tende a gerar uma cultura política mais voltada para a participação e associação entre os indivíduos.

Assim, se existe uma cultura política de interesse e engajamento, canalizada para a valorização da democracia, é de se esperar que os laços estabelecidos entre os membros de uma sociedade se fortaleçam por intermédio da noção de bem comum, e que cresça a confiança nas instituições, desde que essas ações encontrem correspondências eficazes de parte dos governos.

Por outro lado, a confiança nas instituições designa a percepção das pessoas sobre o cumprimento de sua missão institucional, com legitimidade e integridade. Destaca-se que a confiança nas instituições e no sistema político torna-se indispensável para o funcionamento democrático, uma vez que o apoio e a credibilidade nelas oportunizam uma sensação de representatividade e originalidade.

Dessa forma, é perceptível que existe uma ligação entre a esfera institucional e a maneira como os sujeitos se posicionam no tocante a ela. Embora o traçado institucional tenha uma dimensão expressiva, necessita de complementações oferecidas por padrões comportamentais e atitudinais capazes de promover a consolidação da democracia, com maior apego da população a valores caros a ela (MOISÉS, 1995).

Para mais, o referido autor acrescentou que os comportamentos e as atitudes não se configuram como fenômenos isolados dos padrões de interação encontrados na base do funcionamento das instituições políticas. Os padrões comportamentais e atitudinais relacionam-se com o âmbito das instituições, entrando em sintonia com o funcionamento das molduras formais da democracia.

Para Moisés e Carneiro (2008, p. 39), as dimensões relativas à satisfação com a democracia e à confiança nas instituições fazem parte de um mesmo conjunto de atitudes políticas, de modo que

[...] quando prevalece a ineficiência ou a indiferença institucional diante de demandas para fazer valer os direitos assegurados por lei ou generalizam-se práticas



de corrupção, de fraude ou desrespeito ao interesse público, instala-se uma atmosfera, de descrédito e de desesperança, comprometendo a aquiescência dos cidadãos à lei e as estruturas que regulam a vida social: floresce, então, a desconfiança e o distanciamento da Política e das instituições democráticas.

Por essa razão, é válido argumentar que existe uma relação entre a confiança nas instituições, que para os cidadãos, são mal avaliadas e não conseguem atender às suas necessidades e à participação política. Nesse contexto, nota-se entre os brasileiros certo senso de distanciamento e desapego por essas instituições, por não acreditarem nos desempenhos destas e desconfiarem de suas intenções, e isso tem afetado o engajamento quanto a questões políticas.

Nesse caso, apreende-se que a confiança representa certa avaliação das pessoas em relação a algo, e pode ser influenciada pelo contexto histórico, político, econômico e social de um país. Na conjuntura atual da sociedade brasileira, marcada por problemas socioeconômicos e uma grave crise política, observam-se diferentes tipos de comportamentos sobre questões políticas, os quais vão desde apatia, desconfiança e insatisfação até formas de participação e mobilização tidas como não convencionais.

A fim de compreender o comportamento dos brasileiros em relação à política, faz-se necessária uma análise da situação atual do país, que vive um momento de forte turbulência e instabilidade política. Políticos, partidos, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário encontram-se sob forte suscetibilidade, que é dada em longo prazo, mas tende a se agravar em momentos de crise. Os dados do Latinobarômetro nos últimos anos reforçam esse ambiente de ceticismo.

No que concerne à situação do país, tendo como referência o ano de 2010 – último ano do mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva –, foi um período marcado por um forte crescimento econômico, com uma taxa que alcançou 7,5%, segundo dados do IBGE, em um momento de crise mundial onde o país chegou à maior taxa de crescimento dos últimos 24 anos, desde o Plano Cruzado.

Havia no Brasil um crescimento da indústria e do setor de serviços, especialmente da construção civil, impulsionado pelo consumo de bens duráveis e pelos programas sociais, além de um controle inflacionário e manutenção de programas sociais. Enfim, tudo isso concorria para que o Presidente contasse com amplo apoio popular, chegando a índices de aprovação de 87%, consoante pesquisa do CNI / IBOPE, com taxas de aprovação tão altas que fizeram com que ele conseguisse eleger como sucessora Dilma Rousseff, a primeira mulher a exercer a Presidência da República no país.

Dilma Rousseff teve um início de mandato particularizado por uma política de continuidade dos programas sociais de seus dois antecessores imediatos, Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, e por ter vários ministros e funcionários de alto escalão acusados de corrupção. Na economia, sua atuação ficou marcada por uma série de medidas intervencionistas, a exemplo de: promoção da queda dos juros; desoneração de diversos setores da economia; e mudanças de contratos com concessionárias de energia para derrubar o preço da conta de luz.

Em 2013, Dilma enfrentou sinais de insatisfação da população com o seu governo. Múltiplos escândalos de corrupção e as operações de investigação, como o Mensalão e a Lava Jato, ganharam maior publicidade e geraram uma série de manifestações, tendo início em São Paulo, contra a tarifa do transporte público, e espalhando-se pelo país, que passou a reivindicar melhorias em educação, saúde, segurança, transporte e moradia, e repudiar os atos de corrupção.

Nessa conjuntura, os protestos resultaram em insatisfação geral contra os políticos. A aprovação do governo Dilma caiu 27 pontos e ficou abaixo de 30%. Apesar da queda de popularidade, ela foi reeleita em 2014, mas o início desse mandato foi complicado, pois ela mantinha baixa popularidade e falta de apoio no Congresso Nacional. Além disso, as políticas econômicas adotadas no primeiro mandato não funcionaram; os juros voltaram a subir; o valor da conta de luz disparou; o governo tentou adotar medidas impopulares – como ajuste fiscal e aumento de impostos – e enfrentou oposição do Congresso.

Em meio a esse cenário e constantes denúncias de corrupção que atingiram nomes importantes do governo, incluindo Lula, manifestantes foram às ruas, divididos entre os que pediam o *impeachment* de Dilma e aqueles que eram a favor do governo federal e da manutenção desta no cargo. Assim, um pedido de *impeachment* elaborado por juristas, no fim do de 2015, postulava o afastamento de Dilma por “pedaladas fiscais.”<sup>4</sup>

No ano de 2016, o mandato do então Presidente, Michel Temer, foi igualmente configurado por baixíssimos índices de aprovação popular, impulsionados, principalmente, pela política de austeridade fiscal e econômica; por cortes nas áreas de saúde e educação; pelas reformas que tentou implantar; e pelas denúncias de corrupção envolvendo o seu governo.

Ao caracterizar a situação do país em 2016, Tomizaki (2016, p. 17) reiterou que

---

<sup>4</sup> Manobras que o governo fez para maquiagem as contas públicas, posteriormente aceitas pelo Senado e que culminaram com o afastamento definitivo da Presidente, quando assumiu o seu vice, Michel Temer.

o ano de 2016 entrará para a história do Brasil sob o signo da mais profunda crise política vivenciada no período pós-regime militar: o ano em que a recente, embora a mais “longa”, experiência democrática foi abalada por um processo de impedimento da presidente eleita, Dilma Roussef, pela posse do vice-presidente, Michel Temer, e pelo evidente aprofundamento da política de ajuste fiscal e austeridade no controle dos “gastos” públicos, iniciada no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual vem dando continuidade pelo Governo Temer.

No entanto, é válido ressaltar que esse cenário de crise política e institucional não é um fenômeno isolado, observado apenas nos últimos anos. Essa crise, embora tenha se tornado mais latente com as denúncias de corrupção envolvendo “grandes” nomes da política e empresários, resultou nas manifestações, culminou com o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Roussef, e já percorreu um longo caminho durante a história do país. Desde o processo de redemocratização, testemunha-se um sentimento de incompletude em relação à democracia e às instituições no Brasil.

Essa rápida exposição demonstra um cenário político multifacetado e contraditório, envolto em uma profunda crise de corrupção que chega a afetar grande parte das instituições, dos partidos políticos e dos empresários. Denota, pois, um momento conturbado pelo qual passa o país. Fatores como esse talvez expliquem, em parte, o desencantamento de parte significativa da população em relação à política, materializando-se, especialmente, nas eleições, dado o número crescente de votos brancos, nulos e abstenções. Contudo, existem outros aspectos que podem explicar o comportamento e a participação política dos brasileiros.

Sobre a situação política do Brasil, Baquero (2001, p. 1-2) mencionou que

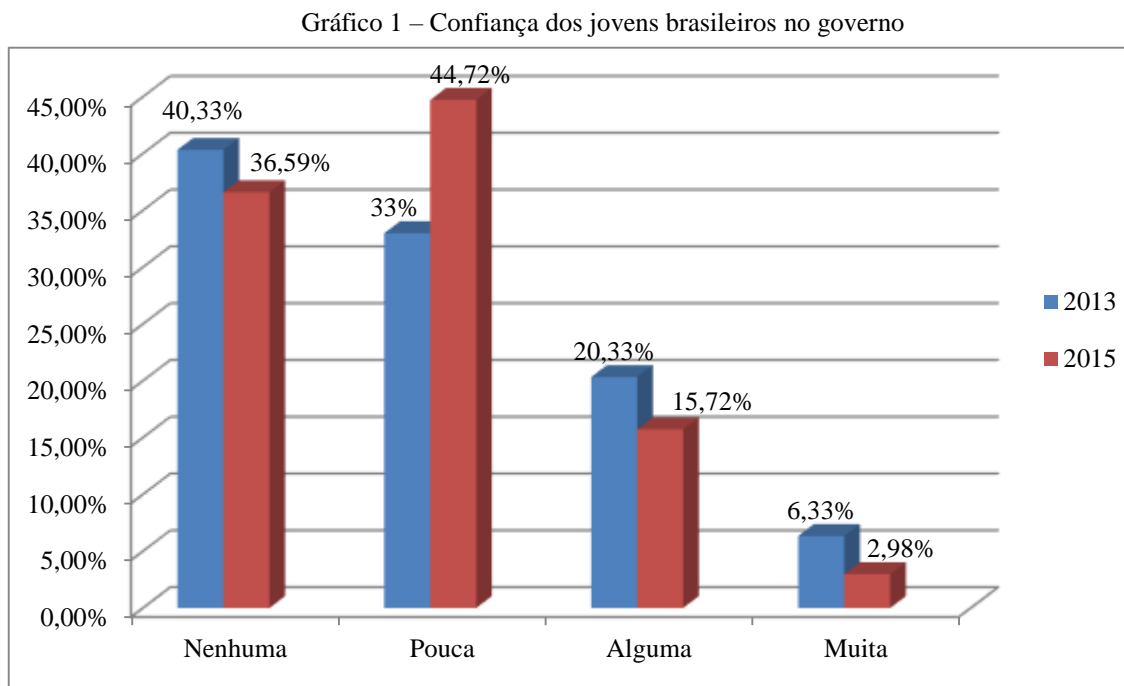
as dificuldades que o Brasil enfrenta presentemente de solidificação de seus partidos políticos como mediadores entre Estado e sociedade discutida está centrada na idéia de que, na verdade, houve uma modificação nas atitudes e no comportamento dos brasileiros em relação à política, fruto de um conjunto de fatores (o mercado, a globalização, a informática, entre outros), porém, na essência, os brasileiros continuam a desacreditar nas instituições que constituem o pilar da democracia representativa. Observa-se uma adaptação das instituições democráticas a uma prática de uso de procedimentos antidemocráticos que pervertem a representação política, gerando dúvidas e incertezas sobre o futuro da democracia. Isso se verifica não no sentido de favorecer retrocessos institucionais ou rupturas profundas, mas na institucionalização de atitudes de indiferença, apatia e distanciamento da arena política, e na crença de que não há nada que se possa fazer para mudar o atual estado de coisas.

De maneira geral, nos últimos anos, as pesquisas de opinião pública têm identificado um declínio acentuado da confiança que os brasileiros depositam nas instituições políticas e, particularmente, nos agentes políticos. Todavia, não se restringe ao momento político que vive o país, mas já faz parte da cultura política dos brasileiros, apesar de se tornar mais

evidente em momentos como esse. Por conseguinte, no Brasil, o capital social apresenta baixos níveis de participação política e altos níveis de desconfiança nas instituições políticas (BAQUERO, 2001, 2013; MOISÉS, 1995, 2013).

Para Baquero (2004), as adversidades econômicas e sociais pelas quais o Brasil passa incidem diretamente na configuração da cultura política que se institucionaliza. Disse o autor que a possibilidade de participação política realmente efetiva e a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática, no país, vem sendo obstaculizada, historicamente, pela presença de formas autoritárias de governo, os quais incitam a reprodução de valores de distanciamento e apatia, sucedendo padrões atitudinais típicos de sistemas politicamente instáveis (BAQUERO, 2001).

Ambientes como esses, de desconfiança e insatisfação com as instituições, os políticos e o próprio sistema democrático, podem ser referendados por pesquisas sobre cultura política e participação no Brasil. Prova disso são os dados do Latinobarómetro atinentes à confiança da juventude brasileira nas instituições, nos anos de 2013 e 2015, dispostos no Gráfico 1, a seguir.



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados pelo Latinobarómetro (2013, 2015). N=380

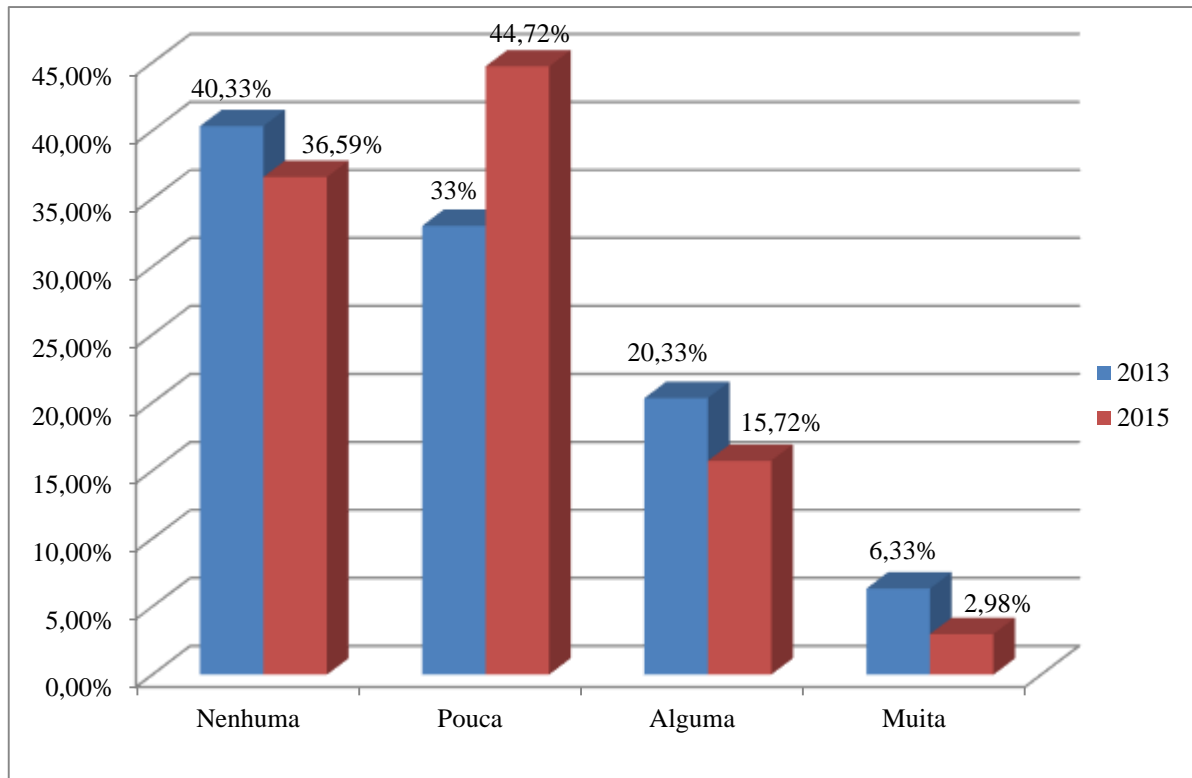
Relativa à variável confiança no governo, a segmentação dos dados dos levantamentos do Latinobarómetro deu-se por faixas etárias. Entre os jovens brasileiros, representados na pesquisa por aqueles que possuem idade entre 16 e 29 anos, a desconfiança em relação ao

governo é bastante expressiva: no ano de 2013, por exemplo, somando-se aqueles que afirmaram não ter qualquer confiança no governo e aqueles que indicaram ter pouca ou nenhuma, atingiu-se um percentual de mais de 73% da amostra, contra apenas 36,79% que declararam ter alguma ou muita confiança.

Em uma comparação entre os anos de 2013 e 2015, essa desconfiança cresceu mais ainda, chegando a 85% daqueles que têm pouca ou nenhuma confiança no governo; nesse mesmo ano, os que afirmam ter muita confiança no governo chegaram a apenas 2,65%.

Quando a análise se refere à confiança que esse grupo tem em relação a outra instituição de representação política, o Congresso Nacional, nota-se que o resultado não é muito diferente daquele auferido em relação ao governo, como ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Confiança dos jovens brasileiros no Congresso Nacional



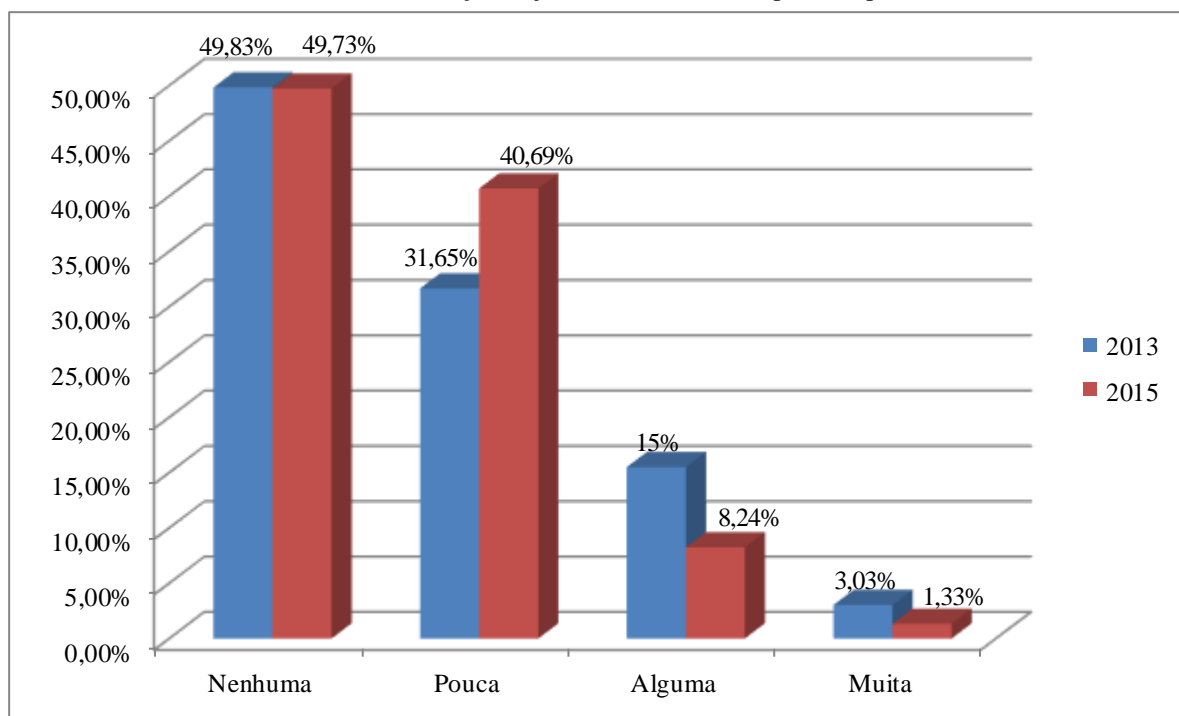
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados pelo Latinobarómetro (2013, 2015). N=380.

De acordo com esse levantamento, no Brasil, a confiança nas instituições de representação do povo, como o Congresso Nacional, tem apresentado, de modo semelhante, uma queda significativa. No ano de 2013, o somatório daqueles que tinham pouca ou nenhuma confiança no Congresso Nacional totalizou pouco mais de 73%. Em 2015, houve um acréscimo e esse número, que saltou para 81,31%.

Se a acareação for em relação àqueles que têm alguma confiança na instituição, percebe-se que essa categoria decresceu de 20,33% para 15,72%. Já entre aqueles que responderam ter muita confiança, o índice, que já era baixo, chegando a 6,33%, teve uma queda em 2015, perfazendo 2,98%. Esses indicadores demonstram que houve uma redução considerável na confiança dos jovens brasileiros no Congresso Nacional, concernente aos anos de 2013 e 2015.

Em outra variável apresentada na pesquisa, questionou-se aos jovens brasileiros sobre a confiança que eles têm nos partidos políticos, cujo resultado se encontra no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Confiança dos jovens brasileiros nos partidos políticos



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados pelo Latinobarómetro (2013, 2015). N=380.

Quanto à confiança nos partidos políticos, o levantamento sinalizou para uma situação ainda mais crítica: em 2013, o somatório daqueles que anunciaram ter pouca ou nenhuma confiança nessa instituição representava 81,48%; em 2015, a desconfiança em relação aos partidos saltou para pouco mais de 90%. Sobre a desconfiança absoluta, que simboliza aqueles não têm qualquer confiança, o valor quase não sofreu alteração. Não obstante, uma variação mais expressiva foi percebida entre aqueles que externaram ter alguma confiança nos partidos, posto que esse índice, que em 2013 era de 15,49%, caiu para 8,24%, em 2015.

As análises ostentadas sobre a confiança validaram aquilo que outros estudos já haviam estampado, ou seja, uma crescente queda na confiança dos brasileiros em relação ao

governo, ao Congresso Nacional e aos partidos políticos. Em relação a estes, sublinha-se que o fenómeno do enfraquecimento dos partidos vem acompanhado de outros sintomas que afligem as democracias representativas, a exemplo da queda nos índices de formas tradicionais de participação e nos níveis de confiança nas instituições públicas (NEWTON; NORRIS, 2000; NYE, 1997).

A propósito, Moises e Carneiro (2008, p. 8), ao tratarem da confiança dos brasileiros em relação às instituições, externaram que

na maior parte das novas democracias, contudo, não é a legitimidade democrática que está em causa – já que a adesão normativa dos cidadãos à democracia é majoritária e generalizada – mas, além de sua insatisfação com o desempenho de governos ou de líderes políticos específicos, as altas taxas de desconfiança dos cidadãos de instituições democráticas apontam para uma situação cujos efeitos para a continuidade do regime no tempo precisam ser mais bem conhecidos e estudados. Desconfiança é atitude de descrédito ou de desmerecimento de alguém ou de algo e, na democracia, alguma dose dela pode ser um sinal sadio de distanciamento dos cidadãos de uma dimensão da vida social da qual eles têm pouco controle. Mas desconfiança política em excesso – e, sobretudo, associada à insatisfação com o desempenho do regime – pode significar que, tendo em conta as suas orientações normativas, expectativas e experiências, os cidadãos percebem as instituições democráticas como algo diferente daquilo para o qual se supõe que elas tenham sido criadas. Mesmo admitindo-se que a existência dessa síndrome de atitudes não impede o regime democrático de continuar existindo, a qualidade da democracia é posta em questão porque o descrédito dos cidadãos passa a questionar princípios do sistema democrático. Em alguns casos, esse descrédito implica, por exemplo, em rejeição ao papel de instituições de representação dos cidadãos no sistema, como os partidos e o parlamento.

Para Moisés e Meneghello (2013), os sintomas de uma desconfiança da sociedade para com a política podem ser plasmados por aspectos como alienação, indiferença em relação à esfera política e, sobretudo, a uma descrença sobre as capacidades de as instituições públicas assegurarem seus direitos. Isso sugere a relevância de examinar a confiança institucional, uma vez que o agravamento de determinados padrões de afastamento poderia, paulatinamente, minar as bases da democracia.

Nessa perspectiva, os estudos de Baquero (2004), fortemente influenciados pela tradição da cultura política, também identificaram no Brasil um sentimento de descrédito e desconfiança em relação à política e aos políticos, além de um forte sentimento de ineficácia política que tem tomado conta da sociedade brasileira e provocado mudanças nos padrões de cultura política do país. Para ele, esse desencanto com as instituições, particularmente com os partidos, dá-se no sentido de desvalorização concreta dessas instituições, gerando uma cultura política claramente personalista, no âmbito estrutural.

O autor demonstrou, ainda, que essas atitudes de desapontamento com a política repercutem no processo democrático. Os sintomas de um processo de desconsolidação democrática e, conseqüentemente, de crise de legitimidade do sistema político brasileiro, tornam-se evidentes em três áreas, a saber: a percepção negativa e hostil dos cidadãos em relação aos partidos políticos, aos agentes políticos e às instituições políticas (BAQUERO, 2000).

Tratando-se desses aspectos alusivos à cultura política, o supracitado autor constatou que no Brasil, há uma cultura política híbrida, que “mistura dimensões formais procedimentais e informais, de tradição histórica, onde as instituições políticas geralmente carecem de credibilidade e, em alguns casos, de legitimidade” (BAQUERO, 2008, p. 21).

Nesse sentido, o que se percebe, não somente entre a juventude brasileira, mas em relação à população em geral, é que são altos os níveis de apatia e desinteresse políticos; disseminação de ódio e intolerância política; em conjunto com baixos níveis de confiança interpessoal e institucional, e de participação política.

Relativamente ao reflexo desse comportamento sobre a democracia, Mesquita (2013) admitiu que uma cultura política democrática é crucial para a qualidade da democracia, sendo a participação política uma de suas dimensões essenciais. O ideal democrático envolve tanto a participação dos cidadãos quanto algum conhecimento dos assuntos públicos. Pesquisas recentes têm mostrado que, embora a adesão dos brasileiros à democracia em um nível normativo tenha aumentado nas últimas décadas, o envolvimento com a política é preocupantemente baixo, quando considerada a participação e o interesse na política (MOISÉS, 2013).

A partir dessa acepção, é possível deduzir que o tipo de cultura política que se tem estabelecido no Brasil, ao longo de sua história, caracteriza-se pela internalização e naturalização, por parte dos cidadãos, da ineficiência e da pouca importância atribuída às instituições da democracia representativa, se por cultura política entende-se a existência de valores e crenças que predominam em uma sociedade (ALMOND; VERBA, 1965).

Nesse sentido, os dados divulgados por pesquisas de opinião pública e por estudos que abordam essa temática, como os apresentados anteriormente sobre a desconfiança nas instituições, têm destapado uma dimensão estrutural de negação da política em sua forma convencional.

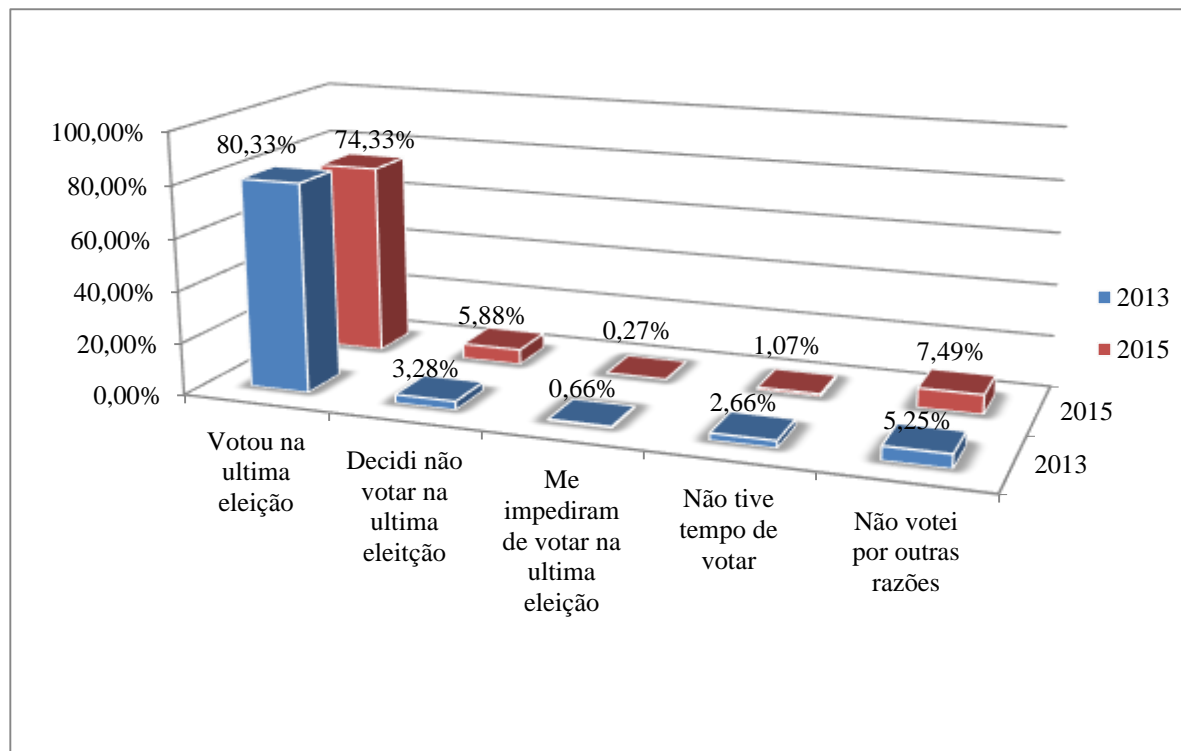
Quanto à participação, estudos empíricos apontam para o declínio ou para a estabilização das formas convencionais de participação política, como os partidos políticos,



(PUTNAM, 2003), e para a ampliação das modalidades não convencionais (NORRIS, 2007). Além disso, tais estudos e a análise apresentada nesse trabalho têm ratificado, além dos baixos índices de capital social, uma descrença em relação às formas tradicionais ou convencionais de participação.

Nessa lógica, vale a pena refletir sobre a participação política por meio de formas tradicionais, como o voto e a participação em partidos políticos. Tratando-se do voto, não se verificam alterações significativas em relação aos que participam da política o utilizando. Talvez pelo caráter de obrigatoriedade (para os maiores de 18), ainda se nota um percentual bastante expressivo entre os jovens que disseram ter votado nas últimas eleições, tanto em 2013 como em 2015. O que chama a atenção é o fato de que embora o voto seja facultado aos maiores de 16 e menores de 18, registrou-se uma queda entre aqueles que votaram, de 80,33%, em 2013, para 74,33%, em 2015, conforme demonstra o Gráfico 4, apresentado abaixo:

Gráfico 4 – Participação dos jovens brasileiros por meio do voto



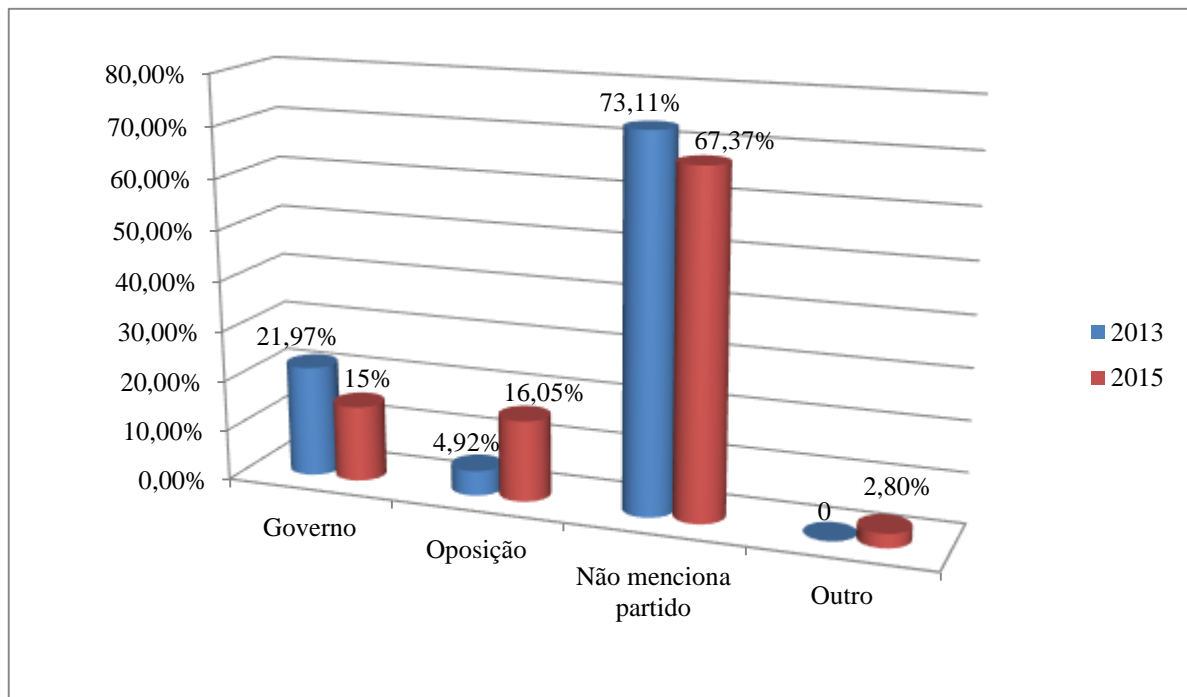
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados pelo Latinobarómetro (2013, 2015). N= 380.

Examinando-se esse gráfico, é considerável enfatizar que essa queda de 6,0% na participação dos jovens entre 16 e 18 anos, por meio do voto, pode sugerir que esse segmento da sociedade não dispõe de muito interesse em participar por meio desse instrumento, tendo

em vista que para eles, o voto é facultativo. Entretanto, faz-se necessária uma análise mais minuciosa a respeito das causas dessa queda.

Outra forma de participação convencional objeto de estudo da pesquisa foi a participação dos jovens brasileiros em partidos políticos, onde o questionamento lançado a eles é se fazem parte de algum partido político, seja do governo de oposição ou outros, cujos resultados estão designados no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Pertencimento dos jovens a algum partido político



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados pelo Latinobarómetro (2013, 2015). N=380.

A análise desse gráfico descortinou que a participação dos jovens em partidos é relativamente pequena, tanto em relação aos que dizem fazer parte do partido da base do governo (21,79%, em 2013; e 15%, em 2015) como dos que declararam ser de partidos de oposição (em 2013, representavam 4,92%; em 2015, 16,05%). Esse crescimento significativo pode indicar uma insatisfação com o governo do período.

O descontentamento maior com os partidos pode ser demonstrado pelo número expressivo daqueles que não mencionaram partido (não pertencem a nenhum partido): 73,11%, em 2013, e 67,37%, em 2015. Esses índices desencapotaram que os partidos políticos não têm representado uma forma de participação efetiva entre os jovens, que têm divulgado sua insatisfação e desconfiança com esse mecanismo.

Logo, a partir da análise promovida nesse estudo, em relação à confiança dos jovens brasileiros nas instituições de representação democrática, quais sejam governo, Congresso Nacional, partidos políticos, é patente que entre a juventude brasileira tem crescido a incredulidade e o descrédito em relação a essas instituições, traduzidos por sentimentos de ineficácia política, desencanto, apatia e desinteresse pela política. Esse resultado ratifica o que já foi inferido em outros estudos, como os de Baquero (2004, 2008), Moises (2013), Mesquita (2013), entre outros, que também chegaram a essas conclusões.

De acordo com esses autores, as atitudes de desconfiança e desencanto com a política resvalam no processo democrático, provocando uma crise de legitimidade do sistema político brasileiro, posto que quando se verifica que essas instituições carecem de confiança e credibilidade, os cidadãos passam a não enxergar mais como suas representantes. Para mais, o presente estudo também mostrou uma queda em relação às formas convencionais de participação política, como o voto e a participação em partidos políticos.

Diante desse cenário, cabe impulsionar uma discussão a respeito das alternativas e dos caminhos que os jovens brasileiros têm buscado para discutir, formar opinião, participar e envolver-se com questões políticas. Assim, visando a uma compreensão sobre como esses fatores tem contribuído para mudanças no comportamento político, reputa-se necessário o entendimento de elementos caracterizadores da cultura política, a exemplo da socialização e participação política, que serão discutidos no próximo capítulo.

## 2 SOCIALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

### 2.1 Socialização política

Em relação à conceituação de socialização política, Tomizaki (2016) asseverou que os processos de transmissão e formação de opiniões, preferências, condutas e comportamentos em relação à política constituem o objeto de investigação do campo de estudos do que se convencionou a chamar de *socialização política*.

A autora defende que não se pode separar a socialização política dos processos gerais de formação de crenças, valores e atitudes concernentes à existência humana, à relação com o outro, às hierarquias sociais e às regras de comportamento, bem como à significação moral e religiosa dos atos. No entanto, não se pode negar que seja possível apreender, de diferentes formas, os processos de transmissão que concernem, especificamente, ao mundo da política.

Por certo, entende-se a socialização política como um processo por meio do qual a constituição de atitudes e comportamentos políticos é resultado das vivências dos indivíduos com a dimensão cultural da sociedade. Em um sentido amplo, trata-se do processo de transmissão de valores e expectativas da cultura política existente na sociedade.

Para Almond e Powell (1972), é por intermédio da socialização política que a cultura política se forma, mantém-se e transforma-se. É por meio desse processo que as atitudes e os valores políticos adquiridos durante a infância são mantidos ou transformados na fase adulta, influenciando o comportamento político dos indivíduos e definindo o seu papel nesse sistema.

Na acepção de Rennó (1998, p. 71), a transmissão de valores e orientações políticas é resultado de diversos fatores, a saber:

[...] o conjunto de orientações subjetivas de determinada população. Inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país.

Acerca desse processo, Roballo (2011) proferiu que a perspectiva da socialização política procura compreender como se dá o estabelecimento dos valores, das crenças, das normas e das atitudes presentes na cultura política de uma sociedade entre os indivíduos. Busca-se conceber quais são os mecanismos que se desenvolvem para que as novas gerações sejam devidamente socializadas pelas gerações mais antigas, tornando-se aptas a atuar nesse meio social.

Com a intenção de decifrar como ocorre esse processo, Schimidt (2001) explicitou que a socialização pode ser entendida a partir dos tipos que a compõem e das categorias de agências socializadoras por onde a sociedade tem seus valores internalizados. Dessa forma, o autor faz uma separação entre as formas de socialização, dividindo-as em primária, secundária e terciária.

Para Schimidt (2001), a socialização de caráter primário ocorre na família, durante a infância, e tem grande influência no desenvolvimento político do indivíduo. As primeiras noções de política partidária e participação política estabelecem-se nessa esfera de atuação.

A outra forma de socialização é nomeada de secundária e caracteriza-se por ser um processo subsequente ao estabelecido no seio familiar, consolidando-se a partir da circulação do indivíduo em outros setores da sociedade. Nessa fase, são comuns as transformações das atitudes de caráter parcial, resultando em mecanismo de adaptação.

O autor elencou, ainda, uma terceira forma de socialização, qual seja a ressocialização, que se caracteriza por vir acompanhada de profundas transformações, conduzidas por processos de rupturas fortes. O seu caráter é similar ao da socialização primária, uma vez que leva a reinterpretar os fatos a partir do aniquilamento de vivências anteriores.

Tratar a socialização a partir dessa categorização de agências socializadoras primárias e secundárias demonstra um pressuposto de continuidade do processo de transmissão de valores, onde não há somente um padrão universal de influências exercidas pelas diversas agências, mas uma variação de um contexto social para outro.

Salienta-se que essas formas de socialização não existem separadamente. Na realidade, estão inter-relacionadas e podem até se completar, já que a socialização primária é inicial, feita na infância pela família, e posteriormente complementada por outros agentes, mediante socialização secundária e ressocialização.

Outra divisão das formas de socialização ou internalização de valores de uma sociedade foi proposta por Almond e Coleman (1969), para quem tal comportamento pode ocorrer de forma latente ou manifesta. Aquela ocorre quando a transmissão de atitudes e orientações políticas é empreendida de maneira difusa e não programada, tanto pela família como pelas demais instituições. Por outro lado, a manifesta ocorre quando a transmissão é explícita, realizada pelas agências diversas de socialização (família, escola, igreja, ambiente de trabalho, meios de comunicação, partidos políticos e pares).

Também, para Almond (2008), existem três aspectos da socialização política: como a socialização pode ocorrer (latente ou manifesta); a socialização é um processo constante de experiências que impactam as atitudes políticas, sobretudo na juventude; e os padrões de socialização provocam unificações ou divisões na cultura política de uma sociedade.

Mostrando o papel da socialização na formação da cultura política juvenil, Baquero e Morais (2014) alegaram que é por meio da socialização política que os jovens internalizam normas, valores e princípios que moldam seu comportamento em relação à política. Focaliza-se que esses padrões de orientação e participação dependem da interação do indivíduo com o seu ambiente, seja na escola, na família ou no trabalho.

Nesse diapasão, os autores reiteraram, inclusive, que os jovens são socializados por uma gama ampla de instituições socializadoras (amigos, colegas, parentes, escola, igreja, grupos de referência), concomitantemente com sua experiência passada e cotidiana, em diferentes contextos e com modalidades distintas de resposta (via mecanismos formais convencionais ou informais – por exemplo, associações comunitárias etc.).

Nesse caso, as principais instituições que podem ser reconhecidas como transmissoras de cultura política são família, escola, grupos de pares, igreja, ambiente de trabalho, partidos políticos, movimentos sociais e mídia. Consoante Schmidt (2001), dentre todas essas instituições elencadas, a família é a que desponta com maior destaque, seguida da escola e, na década de oitenta, a mídia passou a tomar um espaço importante como agência socializadora.

Nas pesquisas sobre socialização no Brasil, Baquero (2008), Schmidt (2001), Nazzari (2005), Baquero e Baquero (2007), Baquero e Cunha (2010), Roballo (2011), Silveira e Amorim (2005) sobressaíram que a socialização infantil é essencial para a constituição de atitudes políticas, mas que as experiências cotidianas podem afetar idênticamente as atitudes por toda a vida do indivíduo.

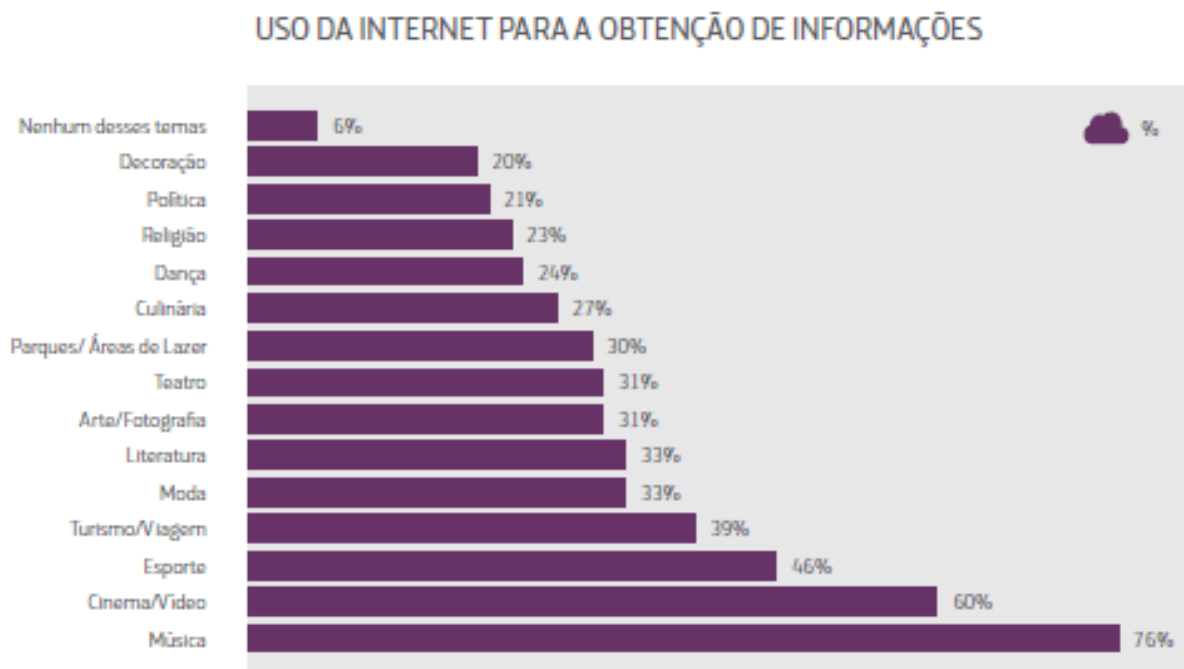
No que tange à influência da socialização para a formação de uma consciência política, tais pesquisas constataram que uma parcela significativa dos jovens brasileiros não simpatiza com qualquer partido político, não têm interesse em política, não participa e não confia nas instituições políticas, de forma geral.

Para Keil (2004), grande parte do desinteresse pelo campo político, atualmente, está na ausência ou inadequação de socialização política da criança e do jovem pela família, pela escola e pelo partido político, o que se reverte na ausência de valores políticos durante a formação do jovem brasileiro.

Nessa conjuntura, é válido ressaltar que os processos de socialização vêm sofrendo mudanças: no passado, a socialização política incorporava os valores e as expectativas da cultura política por um processo intergeracional, por meio, principalmente, da família e da escola; atualmente, isso ainda acontece, mas em paralelo com os novos meios e ambientes de socialização, a exemplo de ambientes digitais, a partir da internet e das TICs.

Aliás, dados da Pesquisa Juventude Conectada (2015) desvelaram a internet como uma das principais fontes para a obtenção de informações, anunciando os principais temas pesquisados. Releva-se que além da expressividade na busca de informações relacionadas ao lazer, ao entretenimento e à cultura, o levantamento mostrou que a rede é uma fonte de informação sobre política para 21% dos jovens entrevistados, como detectado na Figura 2.

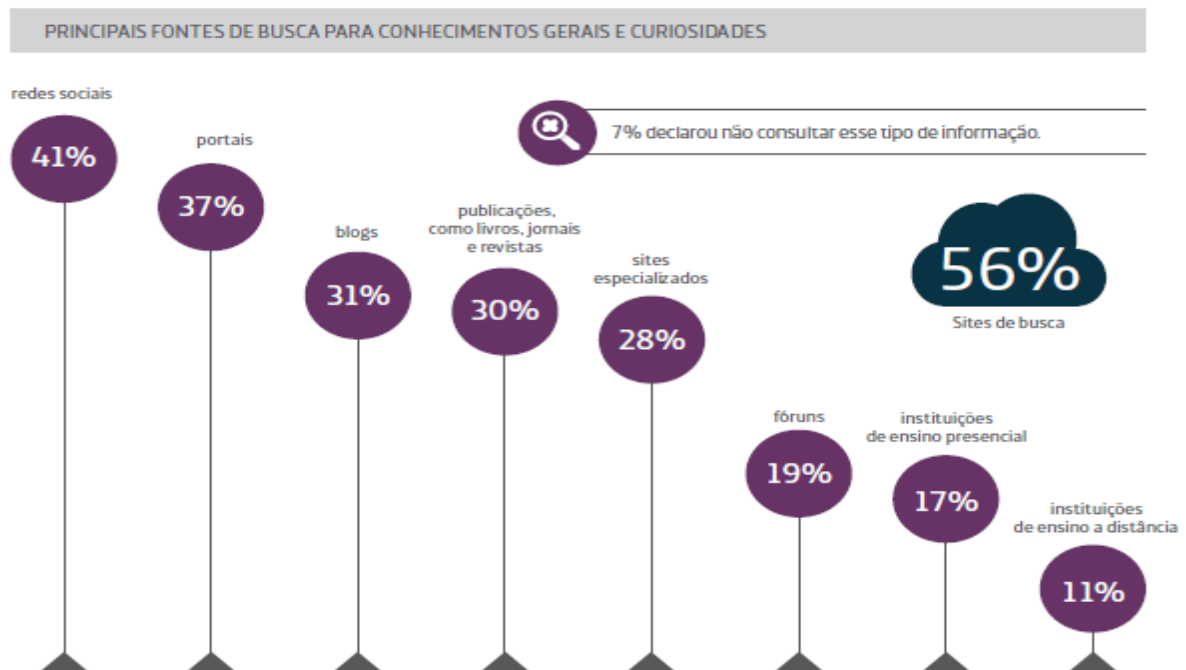
Figura 2 – Uso da internet para a obtenção de informações



Fonte: Pesquisa Juventude Conectada (2015). N = 1440.

Ademais, a Pesquisa Juventude Conectada (2015) rastreou as principais fontes de busca de conhecimentos adotadas pela juventude brasileira, cujo resultado está descortinado na Figura 3.

Figura 3 – Principais fontes de busca para conhecimentos gerais e curiosidade



Fonte: Pesquisa Juventude Conectada (2015). N = 1240.

Dados do levantamento dão conta de que 41% dos entrevistados manifestaram ter como principal fonte de informação as redes sociais, seguidos por portais (37%), e blogs (31%). Em um comparativo entre essas fontes e as instituições presenciais, por exemplo, que representam um total de 17% dos entrevistados, é possível verificar a influência dos meios digitais na formação de conhecimento dos jovens.

Nessa dimensão, pode-se deduzir que a internet, pela sua rapidez e por suas características de meio de disseminação de informações e conhecimento, ou como mero espaço de comunicação entre pessoas, pode assumir um papel de relevância na socialização de diversos estratos da sociedade.

Acentuando o papel da internet na formação de conhecimento e socialização, Silva Filho (2017, p. 77) atestou que

a internet pode funcionar como um espaço de socialização política, uma vez que vários jovens que não estão engajados em outros espaços de socialização, como partidos, sindicatos, o movimento estudantil, encontram nos meios de comunicação de massa virtuais (jornais e revistas eletrônicas, blogs, páginas do *Facebook*, perfis do *Instagram*) informações sobre política.

À vista disso, a internet é considerada uma nova agência socializadora, por seu caráter interativo, participativo e de comunicação bilateral (CASTELLS, 2009; OLIVEIRA, 1997).



Portanto, pode colaborar, por intermédio da socialização política, para o surgimento de um novo tipo de cultura política juvenil no país. Os supracitados autores legitimaram que as questões utilizadas para essa compreensão contemplam o tempo, em horas, que os jovens ficam conectados na internet; como eles a utilizam e as suas redes sociais; os agentes socializadores que influenciam a formação da opinião política e a participação política; o uso dos meios de comunicação para informação sobre política; a defluência da internet na forma de agir e pensar dos jovens; e os grupos escolhidos para conversar sobre política.

Isso posto, depreende-se que a internet passa a ser vista como agente de socialização política dos jovens, pois interfere diretamente no modo como eles recebem informações e constroem seu conhecimento político, além de ser um novo mecanismo de socialização, exercendo forte atuação sobre a participação e o envolvimento político desses sujeitos.

## **2.2 Participação política**

A forma como os cidadãos percebem, envolvem-se e participam de questões políticas pode indicar o grau de cidadania, ativismo e participação política, e refletir no desenvolvimento e na qualidade da democracia de um país. Como certificado por Della Porta (2003, p. 85), a etimologia do conceito de política remete à participação.

A participação política é definida pelo *Dicionário de política*, de Bobbio (1986), e geralmente é usada para designar uma série de atividades: o ato do voto; a militância partidária; a participação em manifestações; a discussão sobre acontecimentos políticos; ou a difusão da informação política, entre outras.

O termo *participação*, consoante o referido autor, tomado em sentido estrito, poderia ser reservado para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. Ele entende que a participação política direta só pode ocorrer em pequena escala. Na maioria dos casos, portanto, a participação política ocorre de forma indireta, por intermédio da escolha de representantes.

Na verdade, participação tem um sentido amplo: pode ser cultural, social ou política. Para Bordenave (1983, p. 23), “participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte.” Então, está ligada à atividade e ao engajamento, e seria inata ao ser humano devido à sua necessidade criativa e racional, onde a democracia seria um estado da participação.

De acordo com Borba (2005), na democracia direta dos gregos, a política e a participação eram interligadas; já nas modernas democracias (representativas), a participação

representa um insumo do processo político, o qual se materializa com o voto e constitui a autoridade política nessa democracia, onde a participação sai de cena e dá lugar à representação. Essa visão denota a democracia de forma procedimental ou instrumental.

As discussões sobre participação política remetem à definição e qualidade da democracia. Nessa esfera, Borba (2005) atentou para o fato de que o conceito de democracia está em constante mutação, desde a sua origem, nas teorias clássicas. Para a autora, a bibliografia sobre democracia distingue, basicamente, duas correntes teóricas: a teoria minimalista e a teoria ampla.

A teoria minimalista parte da concepção de que um regime democrático é apenas um método de escolha dos governantes, ou seja, a única forma de democracia possível seria a representativa (DAHL, 1997; SARTORI, 1994; SCHUMPETER, 1961). Por seu turno, a teoria ampla de democracia trabalha com o conceito de representação para além do voto, protagonizando o cidadão de forma participativa no processo político de tomada de decisões (PATEMAN, 1992) ou de forma deliberativa na esfera pública (HABERMAS, 1995).

Na teoria ampla, em conformidade com Vitullo (1999), seja no modelo de democracia participativa ou na deliberativa, a democracia não se constitui, unicamente, em um método de seleção de líderes por parte de cidadãos desinformados, desinteressados e apáticos, mas uma forma de estimular o interesse e o engajamento em organizações políticas. Nesse tipo de democracia, espera-se uma atuação maior dos cidadãos na política (BOHMAN, 2007), requerendo tanto que eles participem mais em atividades cívicas e colaborem para a criação de laços e associações com os atores políticos envolvidos, quanto que tomem decisões precedidas de discussões em âmbito público.

Logo, a construção democrática perpassa o entendimento acerca do papel dos cidadãos e das instituições em relação à democracia. Na concepção de Dahl (1989), a democracia é um regime com contínua aptidão para responder às preferências de seus cidadãos e, além disso, trata todos eles de maneira igualitária. Para que haja democracia, os cidadãos devem ter igualdade de oportunidades para formular suas preferências, expressá-las publicamente e receber paridade de tratamento por parte do governo.

Para Mesquita, Fernandez e Viera (2016), a tarefa de determinar o grau de democratização de um Estado exige que sejam levadas em consideração duas dimensões teóricas: o debate público e a capacidade de representação. Assim, a questão da participação política está no centro do debate democrático. Tais autores defendem a ideia de que para que exista democracia, é imprescindível que haja participação cidadã.

Em relação à participação política, Mesquita (2016) legitimou que esse conceito tem a ver com a atitude dos cidadãos com vistas a influenciar os resultados políticos, além de expressar demandas e assegurar que as elites políticas respondam por suas ações. Dessa forma, destaca-se, além do papel da participação e da formação do capital social, a influência dos atores, especialmente dos jovens, envolvidos nesse processo de construção de uma democracia de qualidade.

Autores como Diamond e Morlino (2004) identificaram a participação política como uma das dimensões fundamentais que intervêm naquilo que se conhece como *qualidade da democracia*. Com efeito, em vez de tomar esse regime a partir de uma postura dicotômica em relação ao autoritarismo, a ideia supõe tomá-lo como uma obra aberta que está em permanente processo de aperfeiçoamento, a depender da capacidade de intervenção dos cidadãos e do ativismo da sociedade civil.

Para os autores, a participação é uma dimensão procedimental da democracia, mas vista sob uma perspectiva substancialmente distinta daquela postulada pelos teóricos minimalistas. Por essa razão, Diamond e Morlino (2004) inferiram que uma democracia de qualidade não apenas garante o direito de os cidadãos intervirem nos processos de escolha de quem está autorizado a governar, por meio de eleições, mas remete a uma participação ampla e extensiva em partidos políticos; em associações da sociedade civil; na discussão de questões relativas às políticas públicas; na cobrança da prestação de contas de representantes eleitos; no monitoramento da conduta de agentes públicos; e no engajamento direto com questões das comunidades locais.

Portanto, a participação política emerge como um elemento fundamental de cultura política democrática para a qualidade da democracia. Nessa lógica, Moisés e Mesquita (2013) ratificaram que o ideal democrático envolve tanto a participação dos cidadãos como algum conhecimento dos assuntos públicos.

Para os referidos autores, os estudos de cultura política, por exemplo, apontaram os benefícios da participação política não só para aqueles que dela participam diretamente, já que os bens públicos gerados por essa ação também estariam disponíveis para os demais membros da comunidade política, a despeito de seu interesse político ser escasso.

Nessa perspectiva de participação e busca de objetivos comuns, Putnam (1993) contemplou o capital social como um bem público derivado da participação de cidadãos orientados para a realização de um objetivo comum, e mostrou que essa participação incrementa a confiança interpessoal – um fator decisivo da cultura participativa e do

envolvimento da sociedade civil na vida pública. Para o autor, o resultado seria maior cooperação entre os indivíduos, criando a possibilidade de respostas coletivas a problemas comuns.

Partindo-se da concepção de que a participação se refere a um comportamento que visa a influenciar a política ou a busca por bens públicos, faz-se necessária a compreensão sobre a forma como ela se manifesta. Em se tratando das formas de participação, a literatura dispõe de uma divisão entre modalidades convencionais e não convencionais de participação.

Ao exercitar essa abordagem, Milbrath (1965, p. 18) foi um dos pioneiros a propor essa conceituação, em seu trabalho, *Political Participation* (Participação Política), publicado em 1965, onde classificou como formas convencionais de participação política os seguintes comportamentos: votar; expor-se a solicitações públicas; participar de uma discussão política; tentar convencer alguém a votar de certo modo; usar distintivo político; contribuir com dinheiro a um partido ou candidato; assistir a um comício ou assembleia; dedicar-se a uma campanha política; ser membro ativo de um partido político; participar de reuniões onde são tomadas decisões políticas; solicitar contribuições em dinheiro para causas públicas; candidatar-se a um cargo eletivo; e ocupar cargos públicos.

Em seu paradigma de classificação das formas de participação, Milbrath (1965) dividiu os cidadãos em três grupos, de acordo com o nível de engajamento: os passivos (que não participam); os espectadores (envolvimento mínimo); e os “gladiadores” (ativistas). Tais níveis seriam cumulativos e formariam uma pirâmide, onde as atividades mais complexas seriam aquelas desenvolvidas pelos cidadãos mais centrais da estrutura social. Daí essa formulação ser denominada de *modelo da centralidade*.

Sublinhe-se que a partir do trabalho de Milbrath (1965), outros autores publicaram estudos relacionados às formas de participação, a exemplo de Verba e Nie (1972), e Huntington e Nelson (1976), para quem as formas de participação convencionais estavam atreladas aos partidos políticos, sindicatos e órgãos de classe, espaços convencionais de participação política.

Em 1979, Barnes e Kasse (1979) publicaram um trabalho intitulado *Political Action* (Ação Política), um dos primeiros estudos a abordar as formas de participação. Além das modalidades convencionais, os autores desvelaram algumas formas não convencionais, a saber: assinar um abaixo-assinado; participar de boicotes; recusar-se a pagar o aluguel ou impostos; ocupar edifícios e fábricas; bloquear o tráfego com demonstrações de rua; participar de greves.

O projeto *Political Action* teve início em 1971, reunindo cientistas sociais em torno de um estudo que abrangeu a realidade de cinco países (Áustria, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos e Alemanha Ocidental). A obra, publicada em 1979, revelou os resultados dessa pesquisa e representa uma fonte de grande significância para o estudo da tipologia de participação política abordada nesse estudo, qual seja a divisão entre as modalidades convencionais e não convencionais.

Dentre as modalidades convencionais, frisam-se aquelas constantes dos modelos de Verba e Nie (1972). Entre as não convencionais, destacam-se as relacionadas aos atos de protestos e manifestações, referidos há pouco.

Atualmente, examinam-se desde formas convencionais de participação até as não convencionais, a começar pela concepção genérica de Bobbio (2008, p. 888), que a conceitua como

[...] uma série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e assim por diante.

A partir de uma abordagem ligada à expansão das novas formas de participação, a qual acentua que as atividades ligadas ao protesto político têm uma difusão como modalidades não convencionais, Della Porta (2003, p. 92) elencou algumas formas como modalidades não convencionais, quais sejam: escrever a um jornal; aderir a um boicote; autorreduzir impostos ou rendas; ocupar edifícios; bloquear o trânsito; assinar uma petição; fazer um *sit-in*; participar de uma greve; tomar parte em manifestações; danificar bens materiais; utilizar violência com as pessoas.

Nessa dimensão, Baquero e Pra (2007) também classificaram as ações participativas seguindo essa linha de raciocínio, catalogando-as em: ações expressivas (patriotismo e votar nas eleições); ações instrumentais (participar em campanhas); comportamentos não convencionais (movimentos de protestos e passeatas).

Em consonância com Borba (2012), a participação e suas modalidades mudam de acordo com a possibilidade de atingir diferentes sujeitos sociais, os quais se identificam com determinada causa, ou simplesmente têm consciência de seu papel como cidadãos e da necessidade de participar. Nesse sentido, observa-se no Brasil o enfraquecimento de algumas modalidades e o crescimento de outras.

No Brasil, com a promulgação da Constituição de 1988, institucionalizaram-se novas formas de participação, incluindo conselhos de cidadãos em instâncias federais, estaduais e locais, orçamentos participativos e planos diretores municipais, conforme Avritzer (2010), que considera como modalidades de participação: a convencional, que se refere ao voto e às atividades partidárias; a não convencional, alusiva a petições (online ou offline), protestos e boicotes; a institucional direta, relacionada a conselhos, audiências públicas, orçamento participativo (online ou offline); e a informal, concernente a discussões políticas cotidianas.

Na visão de Avritzer (2010, p. 67), apesar de a participação política ter experimentado um crescimento constante desde a democratização, o Brasil transformou-se, ao longo do século XX, “em um país de baixa propensão associativa e poucas formas de participação da população de baixa renda”, ainda que seja “um dos países com o maior número de práticas participativas.”

Nesse cenário de mudanças nas formas de participação política em que a juventude brasileira está inserida, Da Gama e Ventura (2009) proclamaram que há uma crescente preocupação de diversos atores políticos com a participação e mobilização da juventude nas instâncias políticas formais e informais. Para os autores, o que se percebe é a ausência dos jovens nesses canais de participação, além de baixa adesão em organismos e movimentos políticos (partidos, movimento estudantil, sindicatos etc.).

Nesse sentido, verifica-se que aliado a esses baixos índices em relação à participação associativa, há um comportamento dos cidadãos brasileiros, particularmente dos jovens, no sentido de distanciamento cada vez mais crescente das modalidades convencionais e dos canais formais de participação, e busca por formas alternativas ou não convencionais de participação. Esse crescimento das formas não convencionais de participação chama a atenção para a insuficiência do espaço de participação política tradicional e para a crescente desconfiança institucional instaurada na sociedade brasileira, nos últimos anos.

Algumas pesquisas empíricas já testemunhavam o declínio ou a estabilização de formas convencionais de participação (DALTON; WATTENBERG, 2001; PUTNAM, 2003) e a ampliação das não convencionais (CATTEBERG, 2004; CATTEBERG; INGLEHART, 2002; DELLA PORTA, 2003, p. 94-95-96; INGLEHART; DEUTSCH; WELZEN, 2005; NORRIS, 2007) em diversas partes do mundo, o que não se distancia muito do que vem acontecendo no Brasil.

De acordo com Norris (2007), esse enfraquecimento de organizações tradicionais, tais como partidos políticos, igrejas, sindicatos etc., tem a ver com o desenvolvimento de novas

formas de ativismo político, nomeadas por ela de *cause – oriented*. Para essa autora, as pessoas envolvem-se em formas não convencionais de participação porque apresentam comportamentos críticos em relação às instituições políticas, questionando as elites estabelecidas.

Nessa dimensão, encontram-se os jovens brasileiros, que tem se distanciado desses canais formais de participação. Em relação a esse comportamento, Baquero e Baquero (2012, p. 22) ressaltaram que o desencanto e a fraca motivação para a participação formal não implicam que os jovens não continuem a marcar presença nos canais informais de participação.

[...] novas formas de participação e ativismo político têm caracterizado a participação política não convencional, que se materializam nos novos movimentos sociais (movimento ecológico, movimento contra racismo, movimento feminista, entre outros). Este tipo de participação vem aumentando entre a população juvenil, envolvendo os jovens em atividades promovidas por organizações não governamentais.

Nessa perspectiva de participação da juventude, De Castro (2011) acredita que a discussão que hoje se faz sobre a participação social e política dos jovens toma importância na pesquisa científica, quando parecem existir indicações de que esse segmento não se interessa por política, alimentando ansiedades sobre os efeitos desse desinteresse sobre a coesão social e o futuro da democracia.

Em relação a essa prática, alguns autores constataram um declínio em relação aos comportamentos políticos institucionalizados: para Inglehart (1997), por exemplo, o voto relaciona-se com mudança de valores, tendo em vista que hoje as novas gerações não se identificam mais com organizações hierarquizadas e burocratizadas e preferem experiências políticas não convencionais, “expressivas” e informais.

Em sua visão sobre participação e cidadania, Cunha (2011) salientou que o conceito de participação política se vincula quase diretamente ao de cidadania participativa – que denota cidadãos informados e engajados na comunidade. A autora defende que a ideia de participação política dos jovens deve ser observada em sociedades reais que carregam as marcas singulares de sua história e as dificuldades específicas de seu presente, e não de forma isolada, como elementos apartados das discussões políticas do país.

Nesse contexto, notam-se algumas mudanças nas formas de socialização e participação política na sociedade brasileira. Para Luvizotto (2016), a participação e suas modalidades alteram-se de acordo com a possibilidade de atingir diferentes sujeitos sociais

que se identificam com determinada causa, ou simplesmente têm consciência de seu papel como cidadãos e da necessidade de participar.

No caso brasileiro, houve um momento em que as formas convencionais, como o ato de votar ou mesmo participar de um partido, já era suficiente para tornar o sujeito atuante no processo político. Posteriormente, isso não atendia mais às necessidades dos sujeitos, que buscaram outras formas de se manifestar politicamente: protestos, boicotes, manifestações de rua, organizações associativas. Contudo, é preciso compreender que tais formas não são excludentes e não substituem umas às outras: na realidade, completam-se e, na maioria das vezes, convivem.

Nesse cenário de expansão de novas modalidades participativas, nota-se que nos últimos anos, em relação à política e à sociedade brasileira, a internet tem ganhado espaço e alterado as relações sociais, econômicas e políticas. Consoante Luvizotto (2016), com a internet e as mídias digitais, as formas de comunicação e consumo de informação modificaram-se, deixando de ser unilaterais – marca dos meios de comunicação de massa –, passando a ser mais participativas e democráticas.

Assim, a internet possibilita participação e interação entre os indivíduos, ainda que de maneira limitada, considerando os problemas de acesso à rede, acessibilidade, usabilidade e conhecimento do usuário, por ser uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas. Logo, esse ambiente online modificou a maneira como sujeitos e grupos sociais manifestam suas demandas políticas e sociais (LUVIZOTTO, 2016). O autor salientou, ainda, que nesse espaço digital, o ativismo ganha destaque e a atuação dos movimentos sociais passa a ser mais abrangente, ocupando os espaços online (na internet) e offline (nas ruas).

Nessa perspectiva, a internet vem constituindo um espaço alternativo de participação política para a juventude, visto que é nesse ambiente de interação que muitos jovens se encontram e podem manifestar atitudes, crenças, valores, comportamentos e orientações políticas com maior facilidade, trazendo para o debate o seu potencial no sentido de contribuir para a qualidade da democracia, por intermédio do fomento de uma cultura política participativa.



### 3 INTERNET, REDES SOCIAIS E MÍDIAS DIGITAIS

#### 3.1 A disseminação da internet e das redes sociais no Brasil

A internet e as redes sociais têm alcançado uma dimensão colossal e modificando as relações sociais no Brasil, nas últimas décadas. A expansão da internet e, por consequência, dos sites de redes sociais, está proporcionando novas formas de interação social entre os cidadãos (CASTELLS, 2003; LÉVY, 2000).

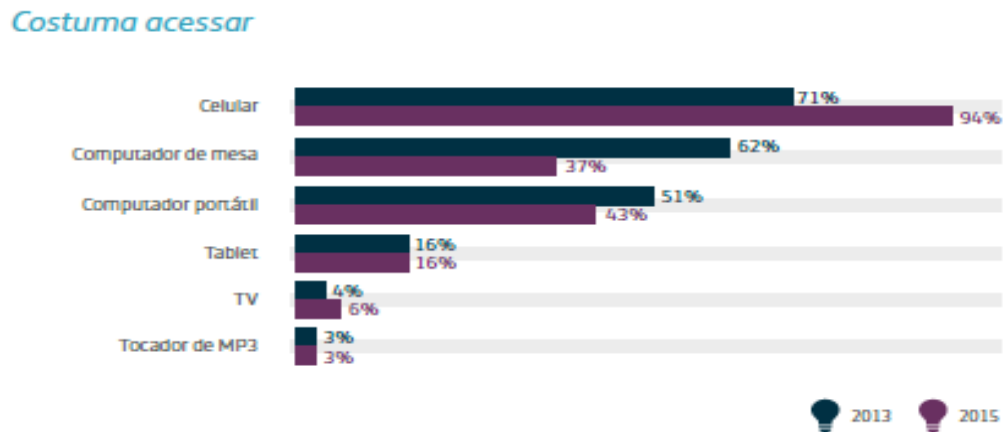
Para se ter uma ideia da expansão da internet no Brasil, um levantamento da PNAD de 2013, divulgada pelo IBGE em abril de 2015, revelou que o acesso à internet em domicílios chegou a 85,6 milhões de brasileiros, o equivalente a 49,4% da população. Quanto à faixa etária daqueles que utilizam a rede mundial, é interessante validar que os jovens entre 15 a 17 anos têm maior percentual de acesso à internet, com 75,7%, enquanto os idosos com mais de 60 anos, o menor – apenas 12,6% (PORTAL EBC, 2015).

A pesquisa revelou, ainda, que em relação às classes sociais, a utilização da internet está ligada à renda familiar *per capita*. Parte da população com menor renda familiar, de até um quarto do salário mínimo por pessoa, tem apenas 23,9% de conexão doméstica à internet. Por outro lado, as famílias com maior renda familiar, acima de 10 salários mínimos, têm 89,9% de acesso à internet (PORTAL EBC, 2015).

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia, veiculada pela Secretaria da Presidência da República, em 2015, a internet é a segunda principal plataforma de consumo de notícias (BRASIL, 2015). Além disso, é a maior fonte de informação para 68% dos brasileiros: a soma de portais (28%), jornais online (26%) e redes sociais (14%) significa que 68% dos brasileiros têm a internet como principal fonte de informação. Tal sondagem revelou, inclusive, que os dispositivos móveis aparecem como principal meio de acesso à internet entre os mais jovens.

Nessa lógica, a Pesquisa Juventude Conectada também levantou as principais mídias utilizadas pelos jovens brasileiros para acessar a internet, corroborando a investigação promovida pelo IBGE, cujos dados estão dispostos na Figura 4.

Figura 4 – Como os jovens brasileiros costumam acessar a internet



Fonte: Pesquisa Juventude Conectada (2015). N= 1440.

Concernente as mídias utilizadas para acesso à internet, a Pesquisa Juventude Conectada (2015) apontou que 94% dos entrevistados usam o celular como principal dispositivo de conexão à internet. Esse índice denota um crescimento de 23% em relação à primeira edição do estudo, realizada em 2013. Outros instrumentos, como computador de mesa ou computador portátil, espelharam queda, chegando a percentuais de 37% e 43%, respectivamente, em 2015. Nota-se, pois, que a crescente expansão em relação ao acesso à internet se deu, em parte, pela disseminação da telefonia celular, considerada um dos principais meios de acesso à internet.

As características da internet, sobretudo no que diz respeito aos aspectos de interatividade e anonimidade, diferem significativamente dos meios de comunicação do passado (FRIESTAD; WRIGHT, 2005) e, como tal, provavelmente têm um efeito na socialização tradicional. Nesse sentido, alguns autores ressaíram o papel da internet nas sociedades modernas, a exemplo de Rocha (2014, p. 161-162), para quem

a internet [...] está definitivamente inserida no processo de comunicação do homem moderno contemporâneo, oferecendo informação para que ele possa tomar as decisões necessárias no seu dia-a-dia, seja no trânsito, no trabalho, ou para o seu entretenimento. É uma teia da qual, ele não consegue se desvincular, pois quase tão necessária como o alimento, para alcançar a velocidade do mundo e se inserir nele como agente participante do contexto histórico, social, político, econômico e cultural.

Portanto, com a internet e as mídias digitais, as formas de comunicação e consumo de informação modificaram-se, deixando de ser unilaterais – marca dos meios de comunicação de massa – e passando a ser mais participativas e democráticas. Ainda que de maneira

limitada, tendo em vista os problemas de acesso à rede, acessibilidade, usabilidade e conhecimento do usuário, a internet possibilita participação e interação entre os indivíduos, sendo uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas.

Aliás, salienta-se que o avanço das TICs e a massificação do uso da internet tem provocado alterações marcantes na sociedade contemporânea, como: construção de identidades; práticas de consumo; formas de relacionamentos; novos canais de informação; e criação de novos instrumentos de expressão e de mobilização. Enfim, novas dinâmicas sociais são formadas e as relações se alteram com a internet.

### **3.2 Uso de redes sociais e mídias digitais no Brasil**

No fim do século XX, com a disseminação da internet, da banda larga e das mídias e redes sociais, as dinâmicas sociais ganharam novos instrumentos e novas características. Assim, em um ambiente de fluxo acelerado de informações que tem tomado conta das sociedades contemporâneas – proporcionado pelo uso crescente da internet, das redes sociais e mídias digitais –, as relações sociais, de consumo, informação e até mesmo a relação das pessoas com a política igualmente se modificaram.

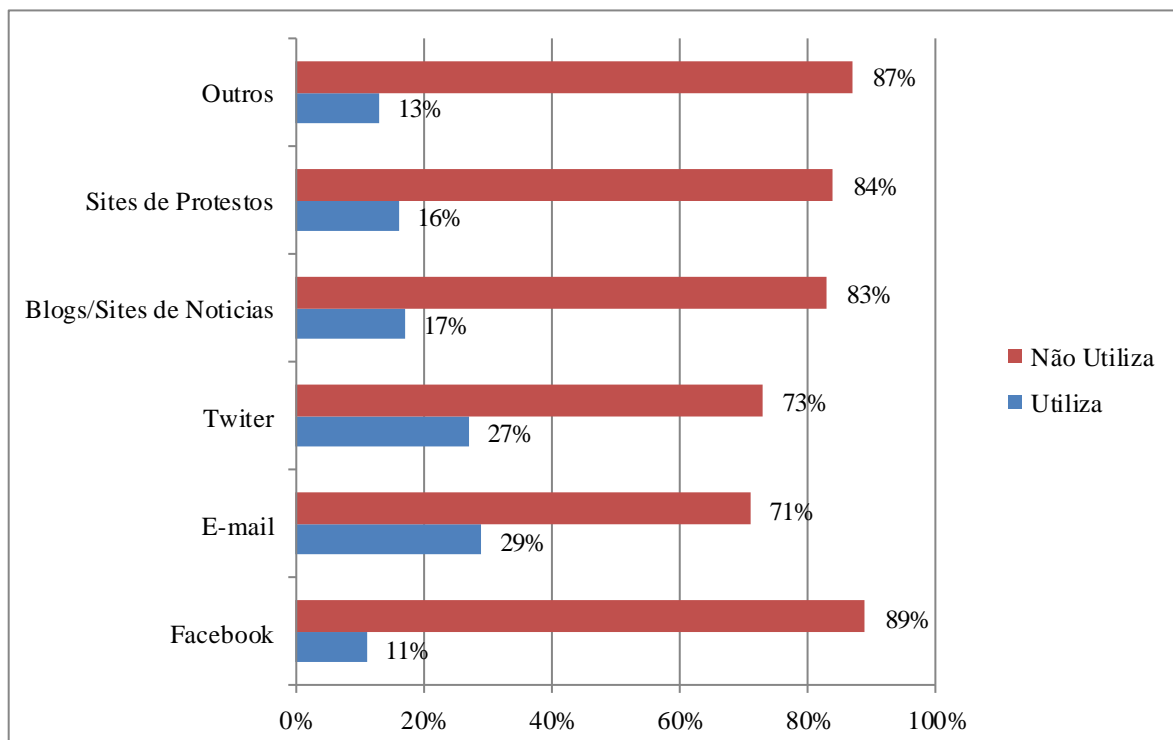
O crescimento do uso das redes e mídias sociais digitais pode ter entre suas causas a expansão da internet via celular, como demonstrando anteriormente, o que não quer dizer que essa seja a única explicação. Dados da PNAD (2015) indicaram que 92,1% do acesso à rede passou a ser feito pelo dispositivo móvel. Nesse sentido, sublinha-se que o celular tem se configurado como o principal meio de acesso domiciliar à internet no Brasil. Todavia, antes de tratar do uso desses novos mecanismos de interação e socialização, deve-se compreender o que representam as redes sociais, mídias sociais e mídias digitais.

De acordo com Tavares, Barbosa e Santos (2013), as *redes sociais* dizem respeito a grupos de pessoas que possuem e compartilham interesses comuns e/ou relacionamentos. Já as *mídias sociais* são sistemas online projetados para permitir a interação social a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação em diversos formatos, ou seja, são os meios pelos quais as redes sociais são sustentadas. As *mídias digitais*, por sua vez, são os veículos e aparelhos de comunicação não analógicos, ou seja, os meios que permitem uma comunicação oral e escrita de forma digital. Para exemplificar, pode-se afirmar que o Facebook e o Twitter são redes e mídias sociais utilizadas a partir de mídias digitais, como computador, celular, tablet.

Em relação ao uso dessas redes e mídias sociais digitais, a Pesquisa Juventude Conectada (2016), idealizada pela Fundação Telefônica-Vivo e realizada em parceria com o IBOPE, o Instituto Paulo Montenegro e a Escola do Futuro, mostrou que entre as atividades mais frequentemente realizadas a partir do uso da internet pelos jovens com idade entre 15 e 29 anos, avultaram-se: acesso a redes sociais, troca de e-mails e conversas por mensagens instantâneas.

Nessa perspectiva, a Pesquisa Juventude Conectada de 2013 apresentou as principais redes utilizadas pelos jovens brasileiros para manifestar-se politicamente. Quando indagados se utilizam ou não esses canais, os participantes comportaram-se em conformidade com o ilustrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – A utilização das redes sociais pelos jovens brasileiros para manifestação sobre política em 2013.



Fonte: adaptado da Pesquisa Juventude Conectada (2013). N= 1440.

De acordo com esse levantamento, dentre as redes sociais mais utilizadas pelos jovens brasileiros como forma de expressão política, destacaram-se: o Twitter, com 27% de usuários; o e-mail, com 29% de; sites e blogs de notícias, com 17%, seguidos pelos sites de protesto, com 16%; e Facebook, com 11%.

Embora a pesquisa em epígrafe não traga dados específicos sobre o uso dessas redes em 2015, constata-se o uso crescente desses mecanismos entre os brasileiros. Para se ter uma noção desse crescimento, a pesquisa Digital, Social e Mobile (2015), entabulada pela Agência We Are Social e pela Plataforma *Hootsuite*, em 2015, revelou que no Brasil, o número de pessoas que utilizam a internet chegou a 110 milhões, correspondendo a um percentual de 54% da população brasileira, dos quais 96 milhões manuseiam as redes sociais. No mesmo ano, as redes sociais citadas como mais empregadas foram: Facebook (25%); WhatsApp (24%); Facebook Messenger (22%); Skype (14%); Google + (13%); e Twitter (11%).

Vale salientar que esses índices têm aumentado sistematicamente a cada ano. O levantamento de 2016, por exemplo, revelou que o número de pessoas com acesso à internet saltou para 139.1 milhões (66% da população), e a quantidade de pessoas conectadas pelas redes sociais alcançou um percentual de 62% da população brasileira.

Nesse sentido, vislumbra-se que o crescimento do uso das redes tem transformado a dinâmica das relações sociais, as formas de buscar informações e a relação das pessoas com a política. Para Recuero (2010, p. 117), um elemento característico das redes sociais na internet é a sua capacidade de difundir informações por meio das conexões existentes entre os atores, a qual alterou significativamente os fluxos de informação dentro da própria rede: “o surgimento e a popularização da internet permitiram uma pluralidade de novas informações circulando nos grupos sociais.”

No posicionamento de Morais (2017), a internet e as redes sociais constituem ou vem se constituindo como instrumentos de publicização de opiniões, possibilitando informar, defender ou criticar publicamente as ideias que se têm sobre governo e administração, bem como acerca de outros assuntos. Para mais, o avanço nas tecnologias de informação que permitem o grande fluxo instantâneo de informações impactaram significativamente a política, a sociedade e a economia.

#### 4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA POR MEIO DA INTERNET

O desenvolvimento e a popularização da internet têm ampliado as discussões em torno do potencial social, político e democrático da rede. A internet é um instrumento que oferece variedades crescentes de informações, reduz os custos de participação política e garante que os diferentes atores possam se envolver em diálogos e grupos de discussão e participação políticas.

Em relação ao potencial da internet e das redes, Castells (2000) defendia que as novas tecnologias estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade, transformando as lógicas de ação social e de operação política e econômica para o formato de rede. A formação das redes de comunicação e informação permite maior mobilidade e versatilidade no trânsito da informação. Possibilita, inclusive, o compartilhamento e a troca de informações entre seus participantes, tornando o processo de comunicação mais fluido e dinâmico, rompendo com o modelo hierárquico tradicional da burocracia empresarial ou estatal.

O autor salientou que a internet tem oportunizado a existência de uma sociedade em rede, onde a circulação de informações, economia e organizações está correlacionada, em uma interação que gera a interdependência. Para ele, a internet transformou-se em um mecanismo de fortalecimento dos laços de interação social vividos no mundo fora do virtual e leva à expansão destes dentro do mundo virtual, os quais ele denomina de *comunidades virtuais*.

De acordo com Magnoni, Camargo e Miranda (2017), as redes criadas no ambiente virtual são canais multilaterais de comunicação com recursos de interação sem precedentes, quando comparadas aos meios analógicos, e podem fornecer múltiplos canais para os cidadãos comunicarem-se diretamente, trocarem informações, consultarem e discutirem de forma imediata, além de serem serviços com custos e exigência de conhecimentos tecnológicos relativamente acessíveis para a maioria das pessoas de diversas camadas sociais.

Nesse sentido, Recuero (2009) atinou para o fato de que as redes sociais são constituídas de representações de atores sociais e de suas conexões. Caracterizam-se, então, pela existência de laços firmados a partir de interesses comuns, mediante os quais é possível formar agrupamentos para a troca de informações e ideias, criando não apenas uma interação entre os participantes, no sentido de compartilhar conhecimentos, mas também o engajamento em questões políticas, sociais e culturais.

Segundo Maia (2007), a internet e as redes oportunizam a gênese de plataformas de diálogo entre os diferentes atores (locais, regionais, nacionais ou transnacionais), ampliando a

capacidade de comunicação e atuação, fazendo com que muitos indivíduos possam participar das atividades pelo mundo virtual. Para a referida autora, os mecanismos comunicacionais da internet criam a oportunidade para que grupos possam se engajar na vida pública, defender seus interesses, afirmar suas identidades coletivas, participar do debate público, promover e organizar manifestações (virtuais ou presenciais), e criar mecanismos de controle social (transparência das ações públicas e *accountability*).

Ainda em conformidade com a citada autora, a internet oferece uma grande variedade de informações, não apenas material de origem oficial, reduz os custos da participação política e consente envolver diferentes parceiros de interlocução desde a troca de e-mails em uma base cidadão-cidadão, aos *chats* e grupos eletrônicos de discussão, até as amplas conferências.

Nessa dimensão, Marcondes (2007, p. 6) aduziu que a internet e seus recursos de interação e comunicação podem ser importantes instrumentos facilitadores de mobilização social, um meio ou uma ferramenta da ação cidadã. Em relação ao desenvolvimento de uma atitude cívica por meio dessas tecnologias, mencionou que

a atitude cívica por meio de tecnologias móveis não é fruto mesmo da tecnologia, mas de uma possível transformação no pensamento social. A tecnologia por si só, não mobiliza ou transforma o cidadão pacato num ativista social. As tecnologias não determinam o procedimento da interação comunicativa, tampouco garantem ou promovem a reflexão crítico-racional; tão somente facilitam o armazenamento e a circulação dos estoques informativos e agilizam as buscas por uma diversidade de fontes informativas.

Assim, a internet passa a ser um meio facilitador das discussões e de participação das questões públicas. “A internet pode engendrar novas formas de participação individual ou grupal nas discussões dos assuntos que dominam a esfera pública. Enquanto ferramenta acessível, ela também possibilita que novos assuntos sejam trazidos à discussão pública” (BENNET, 2004, p. 25), ampliando de forma substancial a circulação de informações e de fontes diversificadas, descentralizando o processo de produção e a divulgação de conteúdo, possibilitando a expressão de diferentes vozes.

Conforme explicado por Pereira (2011, p. 16), o potencial da internet concentra-se em

atingir indivíduos que, a princípio sem vinculações políticas às instituições clássicas de organização da sociedade civil, estejam dispostos, desde que sejam ‘devidamente’ convencidos, a participar de ações específicas de protesto, cibernéticas ou não, que tenham alguma identidade com seus interesses e percepções de mundo.

Frisa-se que esse engajamento ou essa vinculação baseia-se, fundamentalmente, na liberdade do militante “não formal de se envolver quando quiser e onde quiser, sem os altos custos da participação formal” (PEREIRA, 2011, p. 16). Para mais, o autor salientou que as *cyberações* poderão ou não se desdobrar em uma participação fora da internet, “mas não se trata de um pressuposto exigido pelos movimentos, sendo que a não participação não acarreta alguma forma de sanção.”

Nesse ponto, sobrealça-se que pessoas e grupos politicamente motivados utilizam a internet para difundir informações e reivindicações, visando a obter apoio para uma causa, debater e trocar informação, organizar e mobilizar indivíduos para ações, dentro e fora da rede. Para realizar essas ações, esses grupos utilizam fóruns e grupos de discussões, abaixo-assinados e petições online, blogs, aplicativos e mídias sociais. Ressalta-se que muitas ações político-sociais se fortaleceram e se potencializaram à medida em que a internet deu suporte a elas, empregando sua arquitetura em rede para disseminar informação e promover a discussão coletiva.

Dessa forma, esse ambiente *virtual*, criado a partir da expansão das TICs, transformou a maneira como sujeitos e grupos sociais manifestam suas demandas políticas e sociais. E foi a partir dessa dimensão que o ativismo ganhou espaço privilegiado na internet e a atuação dos movimentos sociais passou a ser mais abrangente, ocupando os espaços online (na internet) e offline (nas ruas).

Dentre as formas online, assiste-se a um crescimento do ativismo digital ou ciberativismo. Nesse contexto, Cavalcante (2010) ratificou que é uma forma de ativismo pela internet que se particulariza pela defesa de causas, reivindicações e mobilizações. Muitos autores o consideram uma nova fronteira para a participação política, pois a partir de um computador, os indivíduos rapidamente conseguem agregar pessoas à causa que defendem. Inicialmente, era uma estratégia muito utilizada por ONGs e entidades civis, mas hoje, com a expansão do acesso à internet, é cada vez mais adotada pelo cidadão comum.

Surgido na década de 1990, o ciberativismo teve seu primeiro grande destaque com o movimento Zapatista, no México, em 1994. Na mesma época, ONGs como Greenpeace, Peace Net e Anistia Internacional começaram a usar suas ferramentas para chamar a atenção para suas causas (CAVALCANTE, 2010).

Para exemplificar movimentos e mobilizações que se iniciaram a partir da rede mundial, em 2011, aconteceram ocupações nas praças da Turquia, do Egito e de outros países da região, a chamada Primavera Árabe – um dos primeiros movimentos que chamaram a



atenção para o potencial do uso das redes sociais online na comunicação entre movimentos sociais de várias partes do mundo e construção de algo inédito.

Em consonância com a Pesquisa Juventude Conectada (2015), a partir desse movimento, a mobilização global ganhou os espaços públicos de várias partes do mundo: as praças da Espanha foram ocupadas pelos Indignados; em Nova Iorque, pelo Occupy Wall Street; e em São Paulo, pelo Ocupa Sampa. O levantamento chama a atenção para o fato de que:

apesar das imensas diferenças culturais e políticas, milhares jovens conectados pelo Facebook e pelo Twitter, se mobilizavam em torno de ideias e sonhos comuns e uma incontrolável vontade de mudança na ordem mundial. Foi a partir daí que ganharam força as *hashtags*, o símbolo # usado nas redes sociais online que precede uma palavra ou conjunto de palavras encadeadas e que assinala grupos ou temas em discussão; #ArabSpring, #OccupyWallStreet e #SpanishRevolution aproximaram ativistas espalhados pelo mundo, mas unidos na rede. A partir daí ficou evidente que os novos ativismos estariam ligados à cultura digital e às redes sociais na internet. Também ficou claro que a novidade estava na articulação entre as praças e a internet, entre o espaço urbano e o digital, entre a vida online e offline (PESQUISA JUVENTUDE CONECTADA, 2015, p. 12).

Nesse cenário, avulta-se a relação entre o movimento digital (online) e as manifestações de rua (offline), no sentido de que nesse ambiente de crescente expansão digital, o primeiro contribui para as mobilizações presenciais. A partir dessa interação, surgiram os *espaços híbridos*, mencionados por Castells (2013) como aqueles que são, ao mesmo tempo, físicos/presenciais e virtuais/digitais, condensam e catalisam ideias, afetos, disputas, conflitos em ambientes comuns.

Então, a pesquisa citada revela que essas mobilizações passaram a se espalhar sob duas formas: em alguns momentos, vão da internet para as ruas; em outros, fazem o inverso, indo das ruas para as redes sociais. Isso favorece a difusão das causas de ativistas, grupos e movimentos, e facilita que alcancem mais pessoas, já que essas tecnologias aproximam aqueles que pensam de forma semelhante, redes de apoio que proporcionam a afirmação de si e de visões de mundo.

Examinando a interação entre esses mecanismos e o engajamento político, Maia e Gomes (2008) afirmaram que a internet é percebida como um ambiente de comunicação com potencial de transformar o padrão atual de baixa participação política por parte da esfera civil nas democracias contemporâneas.

Os autores propuseram, ainda, um conceito específico de democracia digital, que ocorre quando o emprego de dispositivos, aplicativos e ferramentas digitais suplementam,

reforçam ou corrigem determinados aspectos da democracia. Tais iniciativas têm a missão de garantir e incrementar a participação nas esferas de decisão; o pluralismo da fala política; as liberdades de expressão, opinião e participação; as oportunidades de controle civil dos tomadores de decisão; a transparência pública; e as experiências de democracia direta (GOMES; MAIA, 2008, p. 28).

Entre outros aspectos, acrescentaram os supracitados autores que essas iniciativas digitais podem incrementar o ambiente democrático, desde que contemplem pelo menos um dos três pré-requisitos a seguir:

1) o fortalecimento da cidadania, no sentido de capacitá-la a concorrer com outros interesses no sistema político, interesses econômicos e dos movimentos políticos organizados, por exemplo; 2) o reforço de uma sociedade calcada nos direitos; e 3) a garantia de participação das minorias, ou seja, o pluralismo, a promoção da diversidade de agentes, agências e agendas na esfera pública e nas instâncias de decisão política, potencializando instrumentos, meios e oportunidades para a representação e a participação plural (GOMES; MAIA; 2008, p. 30).

Ao levar em conta as características das redes sociais digitais, bem como os seus métodos de participação e organização política, nota-se que a comunicação digital tem facultado o fortalecimento de redes de protesto e mobilização, servindo como ferramentas capazes de representar a voz de marginalizados ou daqueles que não se sentem representados pelos canais formais de participação, como é caso de grande parte da juventude brasileira.

#### **4.1 Uso de redes sociais e mídias pelos jovens brasileiros como forma de participação e socialização política: análise dos dados**

Na sociedade brasileira, a exemplo do que vem ocorrendo em outros países, constata-se um crescimento significativo do uso da internet e das TICs nos últimos anos. Esse crescimento tem resultado em alterações nas relações sociais, econômicas, de consumo e até mesmo na relação dos cidadãos com a política. Nesse ambiente, as redes e mídias sociais digitais tem alcançado destaque nas discussões sobre participação e socialização política.

Em um dos estudos mais recentes sobre a participação política por intermédio da internet, Mesquita e Lacone (2015, p. 4) declararam que

as novas mídias digitais e o crescimento da internet, não obstante, renovaram os repertórios de participação. Ao menos potencialmente, esses novos meios diminuem os custos do engajamento cívico em termos de tempo e esforço. Além disso, têm a

capacidade de aumentar a comunicação entre cidadãos e organizações sociais ou autoridades políticas.

Nessa dinâmica, ao tratar da influência da internet, Moraes (2017) assentiu que esse instrumento propiciou oportunidades para que os cidadãos possam expressar publicamente sua opinião sobre política, ou seja, criou-se mais espaço para falar e debater sobre assuntos políticos, por meio das redes sociais. Aparece, dessa maneira, uma nova forma de participação política via formação de grupos de debates, assinatura de petições online e realização de doações para políticos, partidos políticos, movimentos sociais e outras instituições. Em certa medida, o uso dessas tecnologias digitais tem refletido em certa mudança em relação ao comportamento e à cultura política observada entre os brasileiros.

A susodita autora sublinhou, inclusive, que a rede pode propiciar um meio mediante o qual o público e os políticos podem se comunicar, trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, rápida e sem obstáculos burocráticos. O uso dessas ferramentas e a organização em redes de comunidades virtuais representa plataformas suplementares à participação e socialização política, visto que têm possibilitado novas formas de organizações sociais.

Nessa dinâmica de expansão e difusão das redes e mídias sociais digitais influenciando as formas de participação política e o engajamento cívico dos jovens brasileiros, a Pesquisa Juventude Conectada (2015, p. 72) relatou que

a reflexão sobre a vida contemporânea passa pela internet e seus usos. Nosso cotidiano está envolvido pelas tecnologias digitais, desde a vida social, a construção de identidades, o surgimento de novos processos pedagógicos, a troca de conhecimentos, as práticas de consumo (e suas repercussões no campo do *marketing*), as mídias digitais (web rádios, web TVs e jornalismo independente), os conflitos e intolerâncias (*ciberbullying* e práticas de ódio), questionamentos da liberdade e a formação de novos consensos éticos. Este é o contexto cultural dos ativismos e dos engajamentos sociais dos jovens contemporâneos. A política não diz respeito apenas ao poder vigente, partidário ou institucionalizado, nem mesmo se restringe aos voluntariados. Não se podem pensar as práticas políticas sem levar em conta o cotidiano, as experiências do dia a dia, os universos simbólicos e imaginários, os desejos, os medos, as frustrações, enfim, a cultura. Esta reflexão busca evitar a postura pessimista e desconfiada em relação à participação social e ativismo digitais; não é raro encontrarmos intelectuais e militantes tradicionais desqualificando as relações sociais e potencialidade da vida digital, que lhes parecem superficiais, fragmentadas e efêmeras demais para provocar alterações duradouras e significativas na sociedade. Também não queremos cair no “ciberotimismo” típico daqueles que acreditam que as ferramentas digitais são a salvação para a despolitização e desinteresse pela coisa pública desses tempos marcados pelo individualismo e consumismo. A intenção é balizar o olhar com a “justa medida” que permita observar os usos da internet em suas novidades e potência de transformação social, mas que também consiga perceber as continuidades e as articulações com modos tradicionais de convivência e

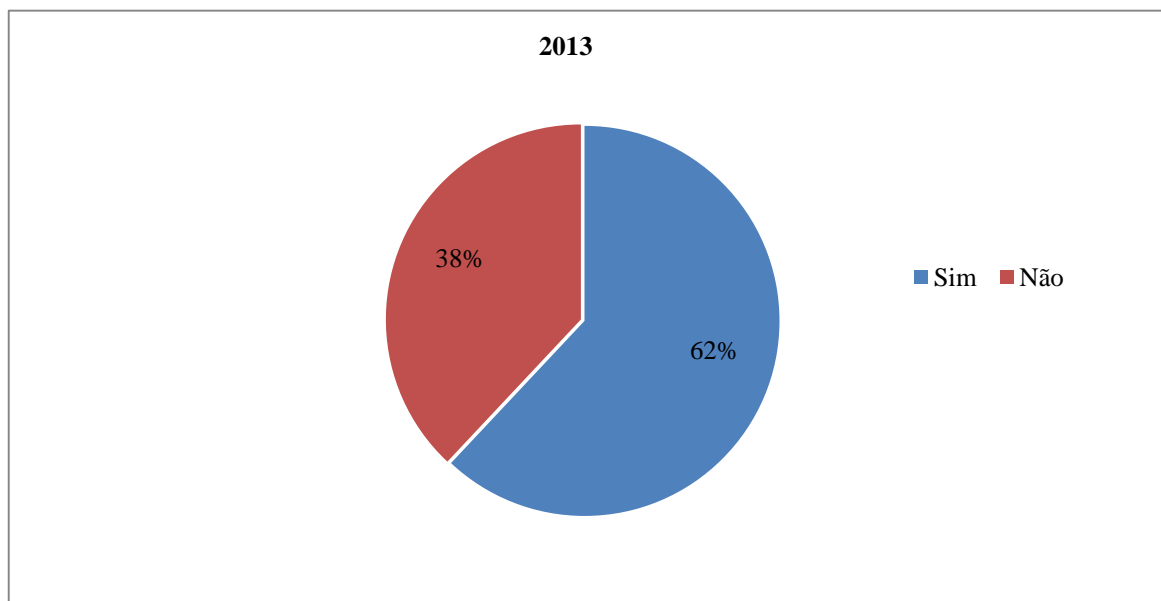
participação, assim como os riscos e os retrocessos éticos derivados desses processos.

Dessa forma, visando a estabelecer uma análise sobre o uso dessas redes e o comportamento político da juventude brasileira, a partir da Pesquisa Juventude Conectada, foram feitos dois levantamentos, o primeiro em 2013 e outro, em 2015, sobre os mais diversos temas: comportamento, educação, ativismo e empreendedorismo.

Para o presente estudo, a análise dar-se-á a partir do eixo *ativismo*, a fim de apreender o comportamento da juventude brasileira em relação às questões políticas em um ambiente de forte expansão das novas TICs.

A primeira averiguação, apresentada no Gráfico 7, refere-se à participação da Juventude Conectada em mobilizações sociais. O questionamento feito aos jovens entrevistados foi se eles participaram ou não de alguma mobilização social, e os dados levantados seguem:

Gráfico 7 – Participação da Juventude Conectada em mobilizações sociais



Fonte: adaptado de Pesquisa Juventude Conectada (2013). N=1440.

Observando esses dados, concebe-se uma grande adesão da juventude brasileira em relação às mobilizações sociais. Em 2013, o percentual dos que declararam ter participado de alguma mobilização representava 62%, contra 38% dos que nunca participaram. A partir desse gráfico, é possível conjecturar que esses altos índices de participação indicam que os jovens brasileiros têm buscado formas de se mobilizar, ao contrário da ideia repassada ao

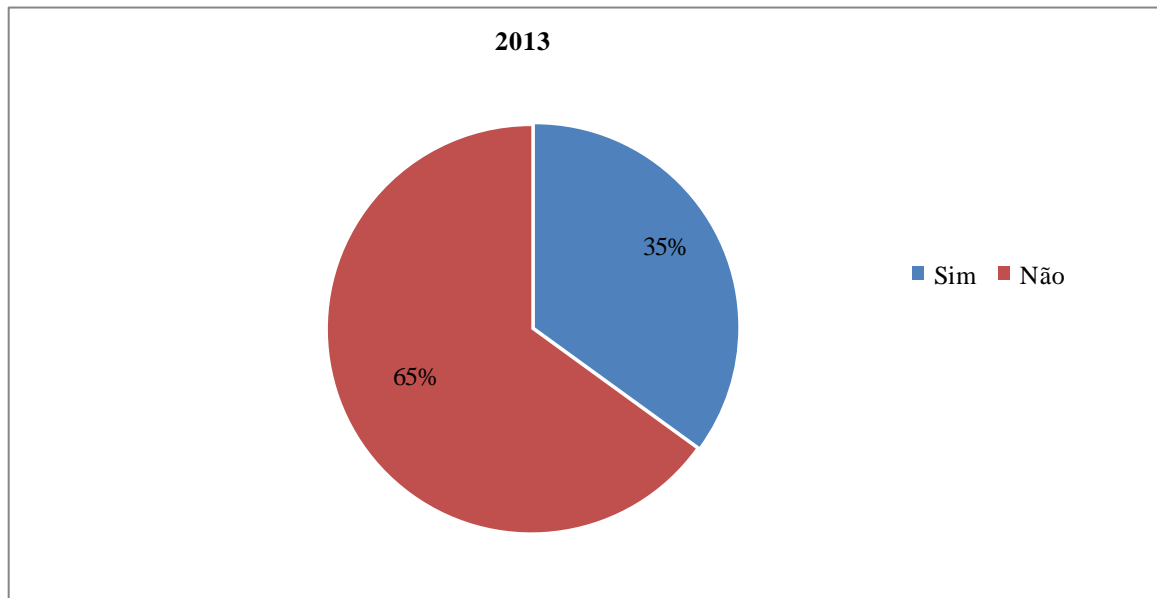
longo dos anos pelo senso comum, no sentido de que eles seriam apáticos ou indiferentes politicamente.

O expressivo índice de participação dos jovens brasileiros em mobilizações no ano de 2013 chama atenção para o fato de que isso pode ter sido reflexo das jornadas de junho de 2013, quando houve um período de forte engajamento e defesa de causas políticas e ideológicas que levaram muitos jovens a protestar nas ruas, e mostrar sua desconfiança e insatisfação com as formas tradicionais de se fazer política.

Outro questionamento da Pesquisa Juventude Conectada (2013) diz respeito à utilização da internet em mobilizações sociais, e revelou um percentual de 35% de jovens que se utilizaram dessa ferramenta com vistas à mobilização social. A averiguação desses dados permite compreender a relevância desse percentual, pois indica que embora os jovens utilizem a internet mais para fins de entretenimento, um número significativo deles a empregaram como ferramenta de mobilização política.

Em 2015, o questionamento foi cumprido de modo diferente, mas revela a importância da web como ferramenta que influencia o envolvimento político. A Pesquisa Juventude Conectada (2015) apurou que 43% dos entrevistados concordam que a internet aumenta a participação das pessoas em movimento sociais e políticos.

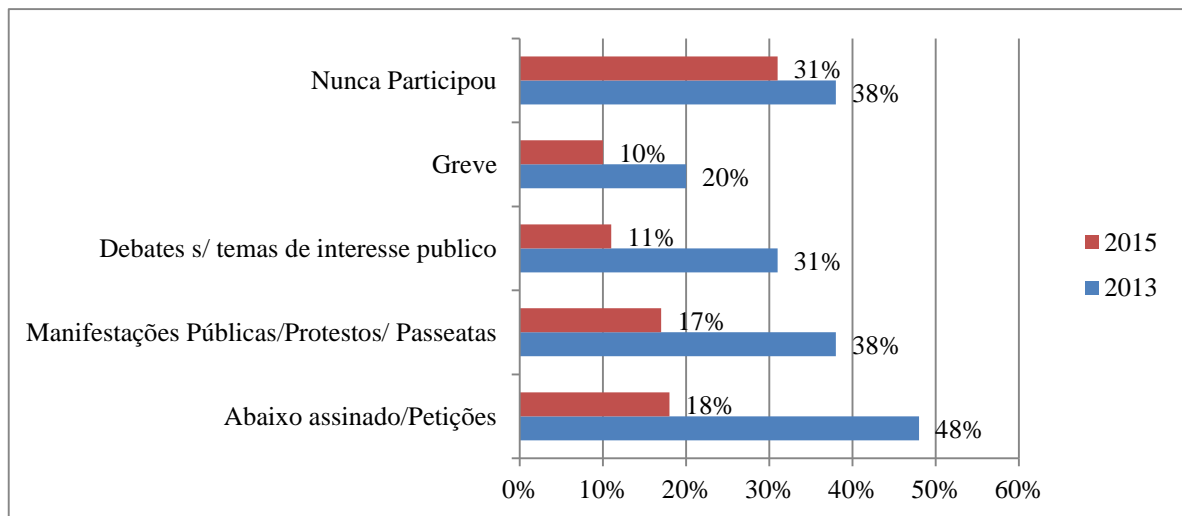
Gráfico 8 – A utilização da internet em mobilizações sociais



Fonte: adaptado de Pesquisa Juventude Conectada (2013). N=1440.

A partir desses índices, que demonstram a representatividade de participação dos jovens em mobilizações sociais, valida-se que esse estudo buscou fazer uma investigação sobre as formas de participação mais utilizadas pelos jovens em 2013 e 2015, conforme ilustrado nos gráficos a seguir, mostrando uma divisão entre as formas de participação offline e online no Brasil.

Gráfico 9 – Formas de participação offline da juventude (2013/2015)



Fonte: Pesquisa Juventude Conectada (2013, 2015). N= 1440.

Sobre as formas de participação mais utilizadas pelos jovens em 2013 e 2015, percebe-se que entre as formas offline, as que mais foram utilizadas em 2013 foram: abaixo-assinado/petições, com um percentual de 48%; seguido de manifestações públicas (protestos/passeatas), que atingiram quase 40%; enquanto as modalidades de participação mais tradicionais, como greves, tiveram um total de 10% entre os que afirmaram já ter participado.

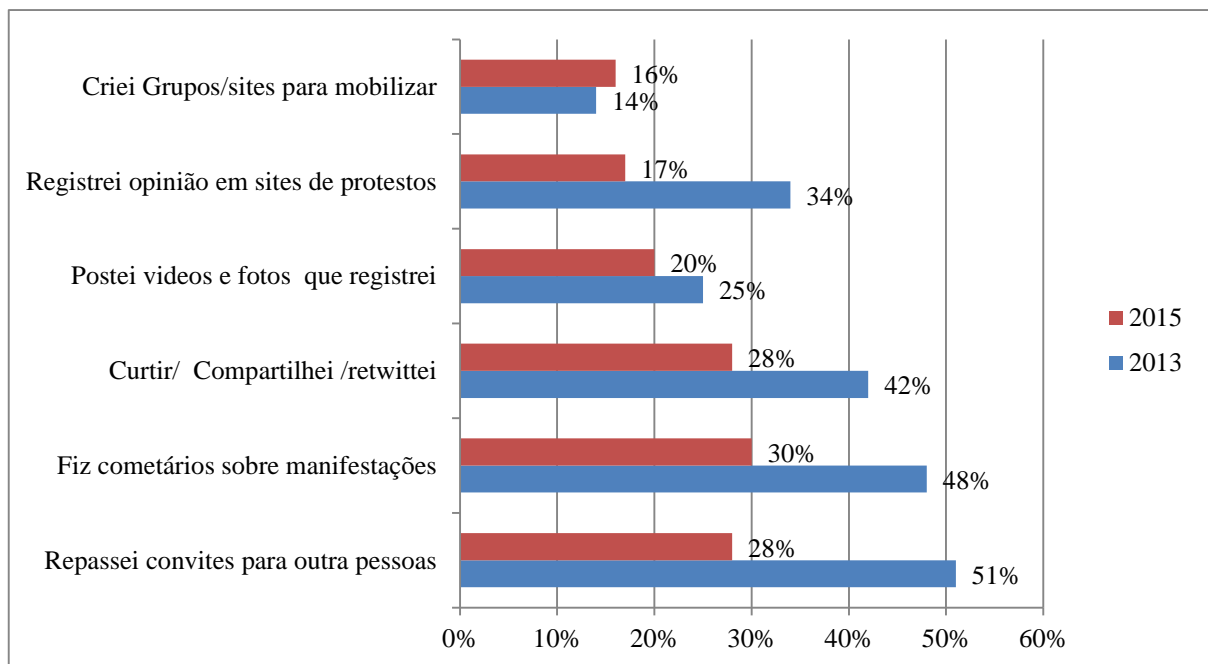
Atesta-se uma queda significativa entre todas as formas de participação offline (abaixo-assinados, greves, manifestações mobilizações, debates) do ano de 2013 para 2015, o que pode sugerir uma forte influência dos movimentos de junho de 2013, que provocaram uma onda de movimentos e mobilizações sociais naquele ano, o que não foi observado nos anos seguintes, pelo menos não na mesma proporção.

Aliás, a redução de participação nessas modalidades pode indicar o sentimento de ineficácia dos jovens brasileiros em relação a esses instrumentos, no sentido de que quando

percebem que sua participação não dá resultados “concretos”, eles tendem a atuar menos por meio desses canais.

No levantamento, também se buscou saber dos jovens suas perspectivas em relação à participação social e política por meio das formas online, a exemplo das redes sociais digitais, e os resultados seguem no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Formas de participação online da juventude (2013/2015)



Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da Pesquisa Juventude Conectada (2013, 2015). N=1440.

Na perspectiva de análise do ativismo digital com a mobilização por meio das redes mídias sociais digitais, os levantamentos revelaram que em 2013, grande parte da juventude brasileira participava por meios digitais. Atividades como repassar convites de mobilizações ou manifestações para outras pessoas atingiram 51% entre aqueles que indicaram ter participado dessa forma; fazer comentários sobre manifestação, 48%; ademais, 42% dos entrevistados afirmaram que fizeram ações do tipo curti/compartilhei/retwitteei. Merece destaque a ação de registrar opinião em site de protesto, com percentual de 34% entre os que declararam ter participado dessa maneira.

Embora os percentuais das formas de participação online tenham apresentado queda no ano de 2015, ela foi menor do que a observada entre as formas offline, o que pode designar que além da influência das manifestações de 2013 sobre esses tipos de ações, os jovens continuam a utilizar mais as formas online do que as tradicionais.

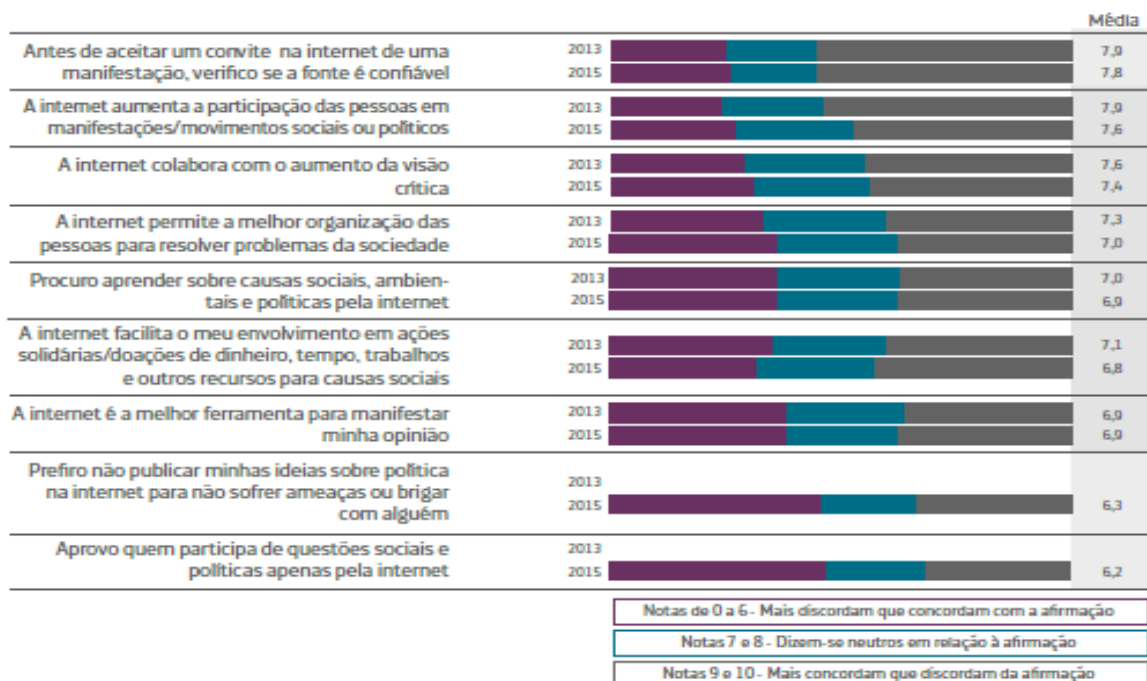
Nesse contexto, revelando a significância da internet e dos meios digitais como ambientes que têm fomentado a participação social e política, a pesquisa Juventude Conectada deduziu que

a tecnologia e as redes sociais em especial têm um importante efeito mobilizador. Elas contribuem significativamente para fomentar a participação e difundir notícias ligadas a esses movimentos. Para os especialistas, a tecnologia não é o motor desses processos, mas um elemento facilitador. A motivação inicial são os próprios dilemas enfrentados pela sociedade com relação a temas específicos (como racismo, machismo, homofobia ou mesmo uma proposta de reforma educacional que não tenha sido previamente debatida com as partes interessadas (PESQUISA JUVENTUDE CONECTADA, 2015, p. 140).

Outra constatação refere-se à percepção dos jovens sobre a importância da internet quanto à participação e socialização política: se ela aumenta a participação das pessoas em manifestações/movimentos sociais e políticos; se ela contribui para uma visão crítica, procura aprender sobre causas sociais, políticas e ambientais; se vê a internet como a melhor maneira de expressar sua opinião, aprova participar de questões sociais e políticas por meio dela.

Nesse quesito, foram atribuídos valores definindo se eles concordam ou discordam de algumas afirmações: a faixa de 0-6 representa aqueles que mais discordam do que concordam com a afirmação; de 7-8, aqueles que se dizem neutros, pois nem concordam nem discordam; e de 9-10, aqueles que mais concordam do que discordam, conforme apresentado na Figura 5.

Figura 5 – A importância da internet para os jovens brasileiros



Fonte: Pesquisa Juventude Conectada (2015). N=1440.



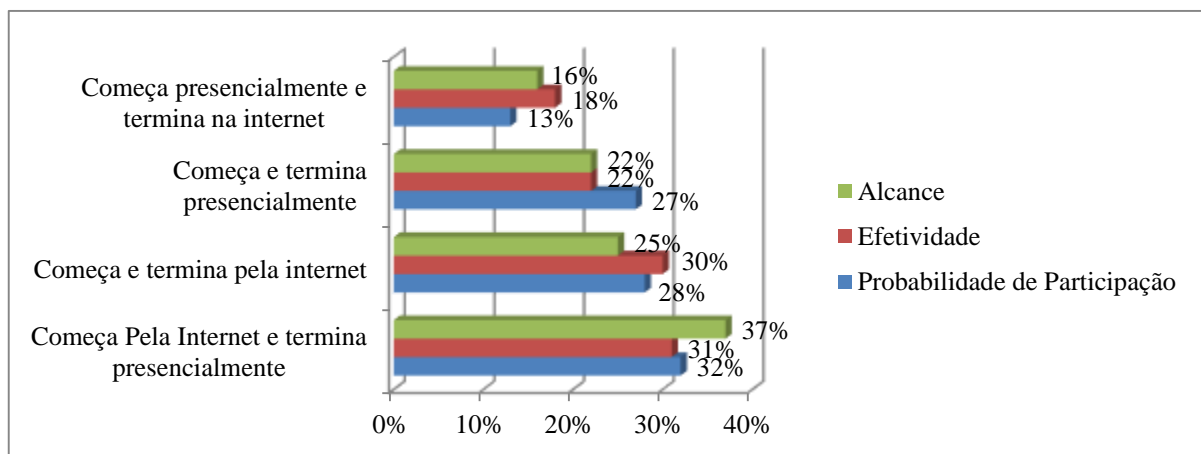
As duas versões da Pesquisa Juventude Conectada patentearam que a maioria dos entrevistados nem concordam nem discordam com afirmações do tipo: a internet colabora com o aumento da visão crítica; a internet aumenta a participação de pessoas em manifestações/ movimentos sociais e políticos; a internet permite melhor organização para resolver problemas.

Sobre as afirmações “a internet é a melhor ferramenta para manifestar minha opinião” ou “procuro aprender sobre causas sociais ambientais”, a pesquisa descortinou que grande parte discorda disso. Chama a atenção o fato de que em relação à última afirmação, houve a queda de uma nota 7 (nem concordam, nem discordam) para 6,9 (discordam), de 2013 para 2015. Embora tenha ocorrido uma pequena redução quanto à concordância com tais afirmações nesse intervalo de dois anos, infere-se que esses dados, quando examinados em conjunto com outros, podem supor certa importância da internet para esses jovens.

Nessa linha de pensamento, a Pesquisa Juventude Conectada 2015 revelou que entre os jovens entrevistados, 43% concordaram totalmente que a internet aumenta a participação das pessoas em movimentos sociais e políticos, enquanto 40% assentiram totalmente que ela colabora para o aumento da visão crítica, o que demonstra que para a juventude brasileira, a internet tem um potencial fomentador de participação e socialização política (PESQUISA JUVENTUDE CONECTADA, 2015).

Outro questionamento aludiu àquilo que os jovens veem sobre a relação entre internet e participação política. Nesse quesito, foram levantados dados sobre o alcance, a efetividade e a probabilidade de participação, a fim de traçar um paralelo entre as formas de participação presenciais e por meio da internet, como demonstrado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – A relação entre a internet e a participação política na juventude



Fonte: adaptado de Pesquisa Juventude Conectada (2015). N=1440.

Em relação ao que pensa a juventude brasileira sobre a internet e a participação, as afirmações que alcançaram maiores percentuais foram: começa pela internet, com uma probabilidade de participação de 32%; efetividade, 37%; e começa e termina pela internet, sendo que 30% dos entrevistados acreditam em sua efetividade; 28% na probabilidade de participação; e 25% acreditam no alcance.

Ademais, para os entrevistados, a participação que começa e termina presencialmente tem probabilidade de participação de 27%, enquanto que apenas 22% acreditam em sua efetividade e alcance. Os menores índices registrados referem-se à afirmação de que começa presencialmente e termina na internet (probabilidade 13%; efetividade 18%; e alcance 16%). Uma dedução que se pode fazer desses dados é de que existe uma relação entre a internet e participação em mobilizações, no sentido de que os entrevistados acreditam que as mobilizações vêm da internet para as ruas ou começam e terminam na própria internet, ratificando o potencial mobilizador desse meio.

Nessa dimensão, em relação ao ativismo e à participação social da juventude brasileira por meio da internet, levando-se em consideração experiências como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street e as manifestações de junho de 2013, no Brasil, a Pesquisa Juventude Conectada desvendou que a partir dessas manifestações, “ficou evidente que os novos ativismos estariam ligados à cultura digital e às redes sociais na internet” (JUVENTUDE CONECTADA, 2016, p. 122).

Então, valida-se que as novas modalidades de participação exercidas em grande medida pela população jovem não se restringem aos ambientes virtuais. “Por um lado, há a importância do ativismo presencial, dos encontros pelas redes de amizade e companheirismo; por outro lado, há o ativismo dos que estão sempre em estado ativo de debate e construção, mas que nunca se encontraram presencialmente”, apontou o relatório (JUVENTUDE CONECTADA, 2016, p. 122).

A pesquisa expôs, ainda, que embora um terço dos jovens que participaram do levantamento tenham afirmado não ter tido qualquer envolvimento com a participação política, algumas práticas foram destacadas, como: a elaboração de comentários sobre mobilizações sociais; o repasse de convites recebidos; o compartilhamento de postagens; e as reações a essas postagens.

Além disso, um quinto dos jovens entrevistados confirmou ter criado eventos para mobilização ou postado vídeos e fotos de autoria própria. O levantamento distinguiu, inclusive, que o Facebook e o Twitter foram citados como as principais ferramentas de

mobilização, circulação de ideias, e divulgação de causas e atividades nas manifestações juvenis.

Sobressaindo a importância da internet como instrumento de participação e socialização, Musiał e Kazienko (2011) argumentaram que o uso de redes sociais via internet constitui uma parte da subcultura da jovem geração contemporânea. Esse canal tem sido utilizado pela juventude que, descrente das organizações tradicionais de mediação política, passou a buscar novas formas de engajamento político.

Nessa perspectiva, nota-se a dimensão e a importância que essas redes têm atingido como fomentadoras de participação e mobilização desses jovens, como desvelado nas análises abordadas no presente estudo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação buscou levantar alguns aspectos relacionados às relações entre Estado e sociedade no Brasil contemporâneo, onde aspectos ligados à cultura política, à confiança, à participação política, aos meios e às formas de participação e socialização utilizadas são indicativos de como essa relação se dá e ainda podem servir como reveladores do comportamento político entre os cidadãos de uma sociedade.

Aliado a isso, esse estudo salientou que no contexto de expansão da internet e das TICs, as dinâmicas e as relações sociais com a política têm-se modificado, impulsionadas por transformações nesse ambiente digital.

O elemento central abordado nesse estudo consistiu em retratar como a queda na confiança e nos meios tradicionais de participação política, associada à crescente expansão do uso da internet e das redes e mídias sociais digitais pelos jovens brasileiros, tem configurado a relação destes com a política, refletindo o papel dessas mídias sociais enquanto recursos complementares, indutores de socialização e participação política desse segmento da sociedade brasileira.

Nessa lógica, a proposta do trabalho foi examinar, a partir de dados do Latinobarómetro de 2013 e 2015, e da Pesquisa Juventude Conectada (versões 2013 e 2015), variáveis ligadas à confiança (segurança no governo, no Congresso Nacional e nos partidos); variáveis de participação e socialização (voto, participação em partidos políticos, por meio de redes sociais, relação entre a internet e participação, e a internet como um mecanismo de busca de informação sobre política); e como tem se dado a relação entre a juventude brasileira e política no período de 2013 a 2015 – referência das pesquisas estudadas, o qual retrata um momento de forte mobilização e ativismo na sociedade brasileira.

Em um primeiro momento, foi estabelecida uma contextualização inicial do que seria cultura política e capital social. A compreensão do que representam tais elementos é essencial para o entendimento destes na realidade brasileira. Assim, entende-se a cultura política como o interesse e o envolvimento com questões políticas, representados pelas atitudes, pelas crenças e pelos valores políticos, a exemplo de: respeito pelas normas; participação; tolerância; confiança interpessoal e institucional – os quais afetam o envolvimento das pessoas com a vida pública.

Em relação ao capital social, refere-se às práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos em determinada sociedade, e que se relacionam à

participação e associação. Dessa forma, quando se tem um acúmulo de confiança, tanto institucional quanto interpessoal, reciprocidade e associativismo horizontal, as pessoas tendem a se associar em busca de um objetivo comum, e envolvem-se mais com questões políticas e sociais.

A propósito, buscou-se promover uma investigação sobre esses elementos na sociedade brasileira. Partindo-se dessa abordagem, pode-se inferir que no Brasil, prevalece aquilo que Baquero (2008) chamou de *cultura política híbrida*, pois mistura dimensões formais procedimentais e informais de tradição histórica que, segundo o autor, resultam na falta de credibilidade e, em alguns casos, de legitimidade dos canais formais de participação na política.

Nessa esfera, verifica-se, entre os jovens brasileiros, altos níveis de apatia e desinteresse políticos, evidenciados por meio dos baixos níveis de confiança interpessoal, confiança institucional e participação política. Isso denota um sentimento de incompletude e desconfiança em relação aos aspectos formais ou procedimentais da democracia e da política como um todo.

Não obstante, embora muitas vezes, os jovens sejam rotulados como apáticos e desinteressados politicamente, é oportuno atestar que esse sentimento não é exclusivo dessa parcela da população: na realidade, ilustra o posicionamento da maior parte da sociedade brasileira sobre a política.

Quanto à confiança e ao engajamento político, esse estudo revelou que entre os jovens brasileiros, elevam-se os índices de desconfiança: em relação ao governo, 85% afirmaram ter pouca ou nenhuma confiança, em 2015; alusivo ao Congresso Nacional e aos partidos políticos, os partidos configuraram as instituições que mais carecem de credibilidade, pois 90% declararam ter pouca ou nenhuma confiança neles.

Esse descrédito em relação a essas instituições, particularmente aos partidos, validam o fato de que os jovens brasileiros não acreditam mais nessas instituições enquanto forma de representação na política, ratificando o que Baquero (2004) classificou como *ineficácia política* e que tem, para o referido autor, aguçado mudanças nos padrões de cultura política do país.

Concernente às formas de participação, a partir da averiguação empreendida aqui, nota-se que entre os jovens, as formas de participação política como abaixo-assinado, boicotes, manifestações e mobilizações, estão entre mais utilizadas por eles quando se trata de

modalidades de participação offline. Outrossim, o movimento grevista aparece entre as últimas formas adotadas pelos jovens brasileiros.

O estudo revelou, ainda, que modalidades convencionais, como a participação em partidos políticos e por meio do voto – que, embora seja obrigatório para a maior parte da população, têm apresentado uma queda entre os jovens –, confirmam o sentimento da juventude brasileira sobre essas modalidades tradicionais de fazer política.

Diante dessa realidade, esse estudo buscou demonstrar as alternativas que esses jovens têm utilizado para participar e se engajar politicamente. Nessa dimensão, em um cenário caracterizado por uma onda de avanço das TICs, proporcionados pela expansão da internet, verificam-se mudanças nas relações sociais, econômicas e até mesmo com a política, ressaltando-se que nesse ambiente, a internet, por intermédio das redes e mídias sociais digitais, tem auferido relevo como alternativa de participação política.

À vista disso, discussões em torno do potencial participativo da internet estão mais frequentes, onde alguns estudos indicam prisms mais otimistas e cétricos em relação às possibilidades ofertadas pelo meio. Contudo, outros focam nas barreiras e dificuldades que o ambiente virtual pressupõe, como a dificuldade de acesso, que representa uma limitação à ampla participação política por esse instrumento.

Sobre a utilização desse ambiente virtual, ressaltam-se algumas modalidades de participação online, onde ações como enviar convites para mobilizações presenciais; fazer comentários nas redes; registrar opinião em sites de protestos; curtir, compartilhar e retwitter foram as mais lembradas entre as empregadas pelos jovens entrevistados.

A discussão em epígrafe não leva em consideração, pelo menos em um primeiro momento, a efetividade ou qualidade da participação utilizando esses mecanismos, mas o fato de que esses novos modelos de participação e socialização política têm crescido, sobretudo entre os jovens, o que deve ser abalizado para ser fazer uma análise de seu potencial como elemento indutor de participação e engajamento político.

Por essa razão, vale salientar que existe uma relação entre as modalidades de participação offline e online. Quando se examina um ambiente de forte mobilização, a exemplo do que aconteceu em 2013, levando milhares de jovens às ruas para protestar e reivindicar uma série de causas, é possível avistar uma relação dessas mobilizações com o uso de redes e mídias sociais digitais, pois elas foram iniciadas e organizadas a partir das redes sociais e mídias digitais, como o Facebook e o WhatsApp.

Nesse contexto, é profícuo validar que atualmente, em um cenário onde interações sociais ocorrem por meio digitais, a participação política, tanto presencial quanto a realizada virtualmente, estão bem próximas e até se complementam. Essa relação foi legitimada quando a Pesquisa Juventude Conectada se propôs a investigar entre os jovens brasileiros a relação entre internet e as formas de participação.

Para os entrevistados, com a participação que começa pela internet e termina presencialmente, há maior alcance, mais efetividade e probabilidade de eles virem a participar. Logo, as manifestações e mobilizações presenciais muitas vezes são organizadas e iniciadas pela internet para depois ganhar as ruas. Ademais, para eles, a participação pode começar e terminar na própria rede, por intermédio de ações como: comentar, fazer críticas, curtir, compartilhar, retwitter algo sobre política.

Diante disso, à vista do potencial mobilizador das redes, Barbosa; Santos; Tavares (2013) afirmaram que o uso da internet, das redes sociais e das mídias oportunizam o compartilhamento de informações de todo tipo, o que ocorre “sem fronteiras”, pois uma vez dispostas nas redes, estão acessíveis aos usuários que delas participam. E é com a disponibilização de informações e, principalmente, opiniões acerca das necessidades e insatisfações (políticas e sociais), que nascem as mobilizações nas mídias sociais.

Os supracitados autores validaram, ainda, que essas mobilizações nascem visando a atingir algum objetivo ou em prol do bem comum, e pela noção da quantidade de pessoas com acesso à internet atualmente, os indivíduos iniciam mobilizações sociais que, bem organizadas e pautadas em um cronograma de execução sempre bem atualizado, resultam em manifestações públicas de grandes proporções (BARBOSA; SANTOS; TAVARES, 2013).

A internet e as redes, além de seu potencial influenciador, também têm relevância na busca de informações e formação de opiniões, crenças e valores, ora reputados como socialização política. Essa socialização, que antes era realizada pela família e escola, ambientes em comum, agora passa a ser influenciada por esse ambiente digital que repercute na formação de consciência política dos jovens.

No sentido de que a internet e as redes sociais têm configurado um espaço de disponibilização de informações, visibilidade, conversação e participação, Anderson e McCabe (2012) destacaram que a internet atua como um mecanismo moderno de socialização política da juventude, sugerindo que avanços tecnológicos de informação e comunicação podem ser poderosos indutores de atitudes e comportamentos dos cidadãos.

Com efeito, essa dissertação teve o propósito de evidenciar o papel das redes e mídias sociais digitais como elementos indutores e complementares capazes de estimular a participação política entre a juventude brasileira. O estudo ratificou que a crescente desconfiança em relação às instituições e aos mecanismos tradicionais concorrem para um distanciamento de formas convencionais, quais sejam: voto, partidos políticos, representação por meio do Congresso Nacional, greves. Como alternativa a esse ambiente de descrença e insatisfação, a juventude brasileira tem recorrido a canais não convencionais, como as manifestações e o uso de redes e mídias sociais digitais para expressão e participação política.

A partir dessa nova realidade digital, denotam-se variações no comportamento dos jovens em relação à política. Esse comportamento, que em alguns momentos, é de certa apatia, passividade e distanciamento, em outros, é de forte mobilização e participação social, e vem dando lugar a novas formas de socialização e participação política, a partir das mídias digitais e redes sociais, a chamada *participação online* ou *digital*.

Essa dissertação processou-se em um esforço no sentido de contribuir com a abordagem de novos elementos destinados ao debate, ao tratar de uma realidade cujos caminhos ainda não podem ser apontados em definitivo. A discussão travada aqui aponta para um potencial de novos instrumentos que devem ser observados quando se trata de cultura política, participação e socialização, pois em uma sociedade tão complexa como a brasileira, não se pode precisar e determinar um único caminho que caracterize a relação das pessoas com a política.

Assim, espera-se que os resultados aqui desvendados possam concorrer para as ciências sociais, servindo como subsídios para futuros estudos que estejam preocupados com as relações online entre a sociedade e a política, especialmente sobre aspectos relacionados à influência das redes e mídias sociais digitais sobre a cultura política de uma sociedade.



## REFERÊNCIAS

ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The Civic Culture**. Princeton: University of Princeton Press, 1963.

\_\_\_\_\_; COLEMAN, J. (Org.). **A política das áreas em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1969.

\_\_\_\_\_; POWELL, G. Bingham. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ANDERSON, L.; McCABE, D. B. A coconstructed world: adolescent self-socialization on the internet. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 31, n. 2, p. 240-253, 2012.

ARAUJO, R.; PENTEADO, C.; SANTOS, M. **Sociedade civil organizada e novas Tecnologias de Comunicação e Informação**: ação cidadã e implementação de políticas públicas na cidade de São Paulo. In: 35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2012. Caxambu. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/arquivos/35\\_Encontro/GTs/GT01/ARAUJO\\_BURGOS\\_PENTEADO.pdf](http://www.anpocs.org/portal/arquivos/35_Encontro/GTs/GT01/ARAUJO_BURGOS_PENTEADO.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2017.

AVRITZER, L. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010a.

BAQUERO, M. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos. In: BAQUERO, M. **Cultura política e democracia**: os desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. p. 26-41.

\_\_\_\_\_. A desconfiança como fator de instabilidade política na América Latina. In: BAQUERO, M.; CASTRO, H. C. de O.; GONZÁLES, R. S. (Org.). **A construção da democracia na América Latina**: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998.

\_\_\_\_\_. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392001000400011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392001000400011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, p. 83-108, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Um caminho “alternativo” no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 120-146.

\_\_\_\_\_. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.

\_\_\_\_\_.; PRÁ, J. R. A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BARBOSA, L. F. **De manifestantes a vândalos, de *blackblocs* a ninjas – as narrativas midiáticas reinventando a juventude nas manifestações de junho de 2013 no Brasil.** Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/eixo1.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

BARNES, S.H.; KAASE, M. (Org.). **Political action: mass participation in five Western democracies.** Beverly Hills: Sage, 1979.

BOBBIO, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** Brasília: UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORBA, J. Comportamento político e capital social na América Latina. **Debates**, Porto Alegre, p. 55-68, 2005.

\_\_\_\_\_. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 263-288, 2012.

BORDENAVE, J. e D. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes Rech, Sci. Soc.**, n. 30, 1980.

\_\_\_\_\_. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Org.). **Handbook of theory and research for the sociology of education.** Nova Iorque: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12852.htm)>. Acesso em: 7 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Comunicação da Presidência da República. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.** Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. I.

\_\_\_\_\_. **Redes de Indignation y Esperanza: los movimientos sociales en la era de la internet.** Madrid: Alianza Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVALCANTE, R. F. **Ciberativismo: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, n. 1, p. 95-121, jan. 1988.

DAHL, R. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DIAMOND, L.; MORLINO, L. The quality of democracy. **CDDRL Working Papers**, Stanford, n. 20, Sept. 2004.

FINLEY, M. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRIESTAD, M.; WRIGHT, P. The next generation: research for twenty-first-century public policy on children and advertising. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 24, n. 2, p. 183-185, 2005.

FUKUYAMA, F. Social capital, civil society and development. **Third World Quarterly**, v. 22, n. 1, p. 7-20, 2001.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Juventude Conectada**. 1. ed. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2013. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Juventude-Conectada2014.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Juventude Conectada**. 2. ed. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2015. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Juventude-Conectada2015.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

GOMES, W. Internet, censura e liberdade. In: PAIVA, R. (Org.) **Ética, cidadania e imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 133-164.

\_\_\_\_\_. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, n. 27, 2005.

\_\_\_\_\_. Internet e participação política. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia**. Porto Alegre: Meridional; Sulina, 2008.

HANIFAN, L. The rural school community center. **Annals of the american academy of political and social science**, v. 67, p. 130-138, Sept. 1976.

HUNTINGTON, S.; NELSON, J. M. **No easy choice**: political participation in developing countries. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

IBOPE. **Pesquisa CNI – Ibope Dezembro 2010**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/.../geralrecorde-de-aprovacao-a-lula-e-mundial-diz-entsensus>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

INGLEHART, R. **Culture shift in advanced industrial society**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Cultura e democracia. In: HARRISON, L.; HUNTINGTON, S. **A cultura importa – Os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002. p. 133-154.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013> Acesso em 10 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Sistemas de contas nacionais Brasil 2010-2011. **Contas nacionais**, Rio de Janeiro, n. 44, 2011b. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ouqe8vc>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

KEIL, I. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na pólis? In: BAQUERO, M. (Org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

LATINOBARÓMETRO. **Informe-resumen Latinobarómetro 2016**: la democracia y la economía. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

LUVIZOTTO, C. K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 296-312, 2016.

MAIA, R. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. (Org.) **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 277-292.

\_\_\_\_\_; CASTRO, M. C. P. S. (Org). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAGNONI, A. F.; CAMARGO, A. C.; MIRANDA, G. V. A internet como indutora da participação política: mídia, tecnologia e engajamento nos ambientes digitais. **Comunicologia-Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v. 10, n. 2, p. 182-201, 2017.

MESQUITA, N. Engajamento cívico e qualidade democrática: o papel da mídia. **Revista Brasil: 25 anos de democracia: participação, sociedade civil e cultura política**, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

\_\_\_\_\_; CANTONI, S. L. Participação Política On-line Vs. Off-line no Brasil. In: MESQUITA, N. C. (Org.). **Brasil: 25 anos de democracia: participação, sociedade civil e cultura política**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

\_\_\_\_\_; FERNANDEZ, M.; VIERA. Novas formas de fazer política? Manifestações sociais e partidos políticos no Brasil contemporâneo. In: MESQUITA, N. C. (Org.). **Brasil: 25 anos de democracia: participação, sociedade civil e cultura política**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

\_\_\_\_\_; MOISÉS, J. A. Introdução: participação política e qualidade da democracia. In: MESQUITA, N. C. (Org.). **Revista Brasil: 25 anos de democracia: participação, sociedade civil e cultura política**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

MILBRATH, L. **Political participation**. Chicago: Rand McNally, 1965.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. In: MOISÉS, J. A.; GUILHON DE ALBUQUERQUE, J. A. (Org.). **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.7-11.

\_\_\_\_\_; CARNEIRO G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 42, n. 4, p. 1-42, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In.: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (Org.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013.

MORAIS, J. A. **Cultura política e capital social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, Brasil, 2016.

MORAIS, K. S. de. **Mídias sociais e a participação política em ambiente digital no Brasil: estudos de casos no governo federal**. 2017.

MUSIAL, K.; KAZIENKO, P. Social networks on the Internet. **World Wide Web**, v. 16, n. 1, p. 31-72, 2011.

NAZZARI, R. K. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. **Educação Unisinos**, v. 9, p. 145-154, 2005.

NORRIS, P. **Critical citizens**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **A virtuous circle: political communications in post-industrial democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA, 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

PESQUISA DIGITAL, SOCIAL E MOBILE. **Agencia We are Social**, 2015. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/wearesocialsg/digital-social-mobile-in-2015>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: IV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2011, **Anais...** Disponível em:

<[http://www.compolitica.org/home/?page\\_id=485#gt4](http://www.compolitica.org/home/?page_id=485#gt4)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

PORTAL EBC. **Acesso à internet chega a 49,4% da população brasileira.** Disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2015/04/acesso-internet-chega-494-dapopulacao-brasileira>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

PORTES, A. social capital: it's origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, n. 24, p. 1-24, 1998.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião pública**, v. XI, n. 1, 2005.

PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. **Lua Nova**, n. 58, p. 9-35, 2003.

PUTNAM, R. Solo en la bolera. **Colapso y surgimiento de la comunidad norteamericana.** Barcelona: Galáxia Gutemberg, 2002.

\_\_\_\_\_. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1. sem. 1998.

ROBALLO, J. H. **Cultura política, socialização política e internet: um estudo de caso com os estudantes de ensino médio de Rio Pardo/RS.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROCHA, J. M. **O ‘glocal’ no ciberjornalismo regional: análise dos sítios de webnotícias de Dourados.** 2014. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2014.

SANI, G. Participação política. In: BOBBIO, N. et al. (Org.) **Dicionário de Política.** Brasília: Ed. da UNB, 1986.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada.** São Paulo: Ática, 1994.

SANTOS, M. V. D. dos. **Corrupção e cultura política juvenil no Sul do Brasil,** 2018.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política no Brasil: a socialização política nos jovens na virada do milênio.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SCHMITT-BECK, R.; VOLTMER, K. The mass media in third-wave democracies: Gravediggers or seedsmen of democratic consolidation? In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; PUHLE, H. (Ed.). **Democracy, intermediation, and voting on four continents.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA FILHO, S. O. S. **Juventudes e participação política**: a participação convencional e não convencional dos jovens universitários da Grande Recife. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Brasil, 2017.

SOUZA, B. M. **Transições e democracia**: impactos da confiança nas forças armadas sobre a cultura política e o capital social de Brasileiros e argentinos. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, Brasil, 2016.

\_\_\_\_\_. Cultura política e capital social: uma revisão teórica acerca de dois conceitos centrais nos estudos de comportamentos e atitudes políticas. **Conexão política**, Teresina, v. 5, n. 1, jan/jun. 2016. Disponível em:  
<[http://www.researchgates.net/.../317195698\\_CULTURA](http://www.researchgates.net/.../317195698_CULTURA)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

TOMIZAKI, K. Socialização política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, Oct./Dec. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302016171151>. DOSSIÊ 1>. Acesso em: 20 ago. 2017.

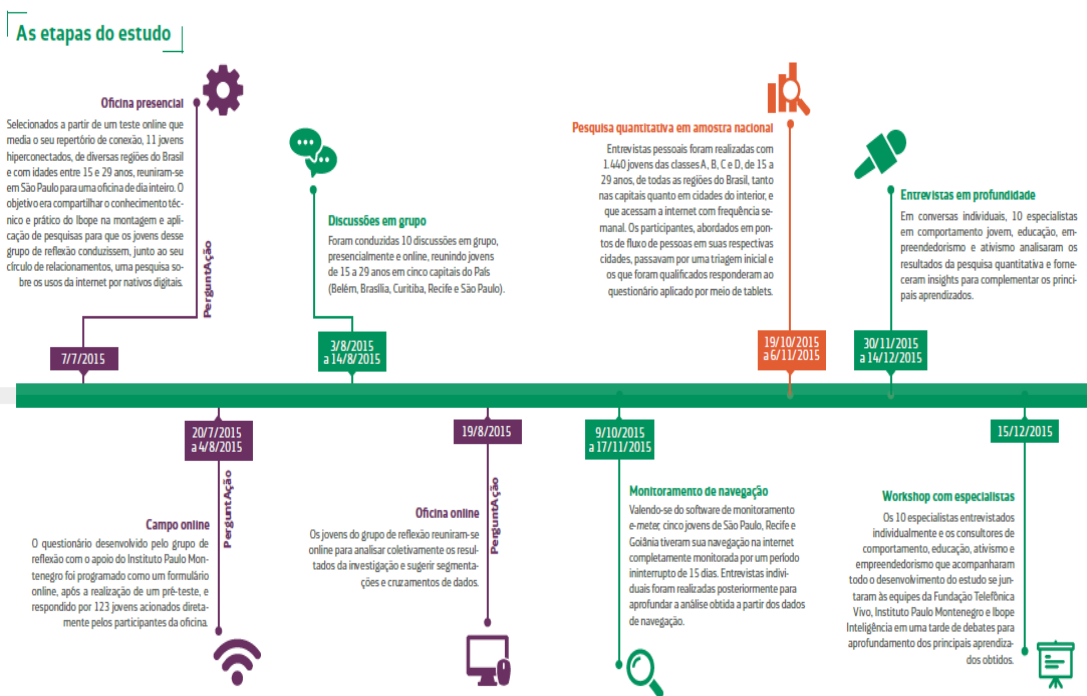
VENTURA, S. S.; DA GAMA, B. M. de B. **Juventude e participação**: interação com as redes sociais.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America - Political democracy and social equality**. Harper & Row Publishers: New York, 1972.

**ANEXOS**



## ANEXO A – Etapas da Pesquisa Juventude Conectada (2015)



### Faixa etária

Uma mudança relevante nesta segunda edição do estudo foi a faixa etária da amostra pesquisada. A idade limite, que em 2013 era de 24 anos, foi estendida para até 29 anos e a inicial, originalmente de 16, passou para 15 anos. Assim, o critério passa a coincidir com o estabelecido pelo Estatuto da Juventude. A mudança também reflete um dos aprendizados da etapa PerguntAção: o de que o próprio público-alvo do estudo entende como "jovens" os indivíduos entre 15 e 29 anos.

Faixa etária	2013	2015
15 anos	-	7%
16-19 anos	51%	29%
20-24 anos	49%	32%
25-29 anos	-	32%
<b>Média</b>	<b>20 anos</b>	<b>22 anos</b>

De forma geral, a mudança não teve impacto significativo sobre os resultados. Exceto por um aumento na proporção de jovens que apenas trabalham e de jovens com ensino superior completo, detalhadas a seguir.

### Ocupação\*

Ocupação	2013	2015	População brasileira (15-29 anos)*
Apenas estuda	33%	25%	23%
Estuda e trabalha	31%	23%	13%
Apenas trabalha	25%	36%	44%
Nem estuda nem trabalha	11%	15%	20%

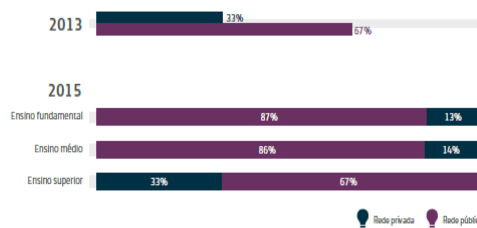
\* PNAD 2014

### Escolaridade\*

Escolaridade	2013	2015
Sabe ler	1%	2%
Ensino fundamental	14%	18%
Ensino médio	61%	53%
Superior incompleto	21%	14%
Superior completo	3%	14%

### Instituição de ensino

Tanto em 2013 quanto em 2015, as escolas públicas predominaram. No entanto, como se pode verificar a seguir, a proporção entre instituições públicas e privadas se inverte no ensino superior para os jovens entrevistados nesta segunda edição.

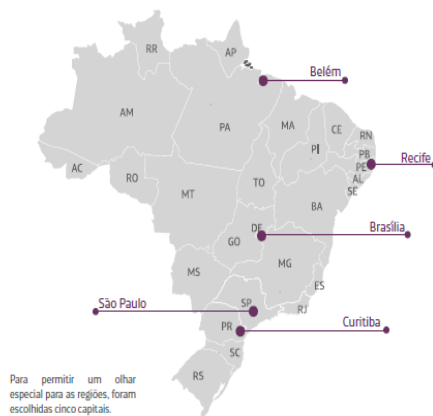


\*Devido aos arredondamentos do programa de planilhas, os números relativos a algumas dessas categorias podem variar de 98% a 102%.

## Etapa qualitativa

### Discussões em grupo

- ✓ Jovens de 15 a 29 anos
- ✓ Classes A, B, C e D
- ✓ Estudantes e universitários recém-formados



### Encontro online - Jovens das classes A e B


Região: capital	Faixa etária
Norte: Belém	20 - 24 anos
Nordeste: Recife	
Centro-Oeste: Brasília	16 - 19 anos
Sudeste: São Paulo	
Sul: Curitiba	20 - 24 anos

### Encontro online - Jovens das classes C e D

Região: capital	Faixa etária
Norte: Belém	
Nordeste: Recife	16 - 19 anos
Centro-Oeste: Brasília	
Sudeste: São Paulo	20 - 24 anos
Sul: Curitiba	

Fonte: Pesquisa Juventude Conectada (2015)

ANEXO B – Questionários da Pesquisa Juventude Conectada (2015)



**3- Ativismo**

Pensando no uso da internet para a organização, envolvimento, divulgação de atividades de participação social, como por exemplo manifestações públicas, protestos, ações de voluntariado, doações etc.

**P3. Você já se envolveu em alguma das seguintes atividades de participação social?**

Greve
Manifestação pública/passeata/protesto /panelaço
Abalo-assinado/petições
Debate sobre temas de interesse público (em instituições de ensino/partidos políticos/grupos políticos/organizações não governamentais)
Voluntariado/ajuda no seu tempo livre
Doação financeira
Doação não financeira (roupas, alimentos, livros etc.)
Crowdfunding "Vaquinha Virtual" (doação financeira em que o valor só é entregue caso se atinja o valor definido)
Participação em movimentos partidários/não associados a partidos políticos
Participação em partidos políticos
Organização de eventos (saraus, feiras, shows etc.)
Atividades, projetos colaborativos
Mobilizações por causas específicas (política, defesa dos animais, defesa da cidade etc.)
Compartilhamento de saberes (ensinar, dividir os meus conhecimentos)
Outra forma <b>(especifique)</b>
Nenhuma das alternativas

Itens novos

**Mudança de 2013 para 2015:**

- A pergunta, em 2013, era feita para cada um dos itens da pergunta anterior que a pessoa tivesse participado. Em 2015, a pessoa passou a responder de modo geral, pensando em todas de que tivesse participado.
- Os verbos passaram do passado para o gerúndio, dando ideia de ação contínua.

**P4. De que forma você se envolveu nessa(s) atividade(s) de participação social?**

Convidando para um evento/enviando mensagens para mobilizar pessoas
Curtindo/ compartilhando/"retweetando" algo nas redes sociais
Repassando o convite que recebi de outras pessoas
Fazendo comentários/dando informações
Postando vídeos/fotos que registrei
Registrando a minha opinião em sites, blogs, fanpages (Facebook) de protesto
Criando grupos/sites/eventos
Indo para as ruas
Compartilhando dados pessoais para uma causa (RG, CPF etc.)
Emprestando meu perfil nas redes sociais
Manifestando minha opinião publicamente
Vestindo uma camiseta
Organizando eventos
Participando de reunião para tomada de decisão
Outra forma <b>(especifique)</b>

**P5a.** Para você é mais fácil/mais provável se envolver em alguma forma de participação social que:

**P5b.** Para você é mais importante/mais efetivo se envolver em alguma forma de participação social que:

**P5c.** Para você é mais viável atingir um maior número de pessoas em alguma forma de participação social que:

	É mais fácil/ mais provável	É mais importan- te/mais efetivo	É capaz de atingir maior número de pessoas
Comece e termine presencialmente	1	1	1
Comece e termine pela Internet	2	2	2
Comece presencialmente e termine pela Internet	3	3	3
Comece pela Internet e termine presencialmente	4	4	4

**P6.** Pensando nos últimos 2 anos, você acha que a internet influenciou de forma positiva, influenciou de forma negativa ou não influenciou em nada cada um dos itens?

	Influenciou de forma positiva	Influenciou de forma negativa	Não influenciou em nada	Não sei/não tenho certeza
A participação em debates	1	2	3	99
O foco dos debates	1	2	3	99
A variedade das causas	1	2	3	99
O amadurecimento dos debates	1	2	3	99
O agrupamento das causas	1	2	3	99
A agressividade	1	2	3	99
As informações sobre política	1	2	3	99
As opiniões radicais	1	2	3	99
As opiniões conciliadoras	1	2	3	99

**P7.** Agora gostaria que você respondesse as frases a seguir utilizando uma escala de 0 a 10, em que 0 significa que discorda totalmente e 10 significa que concorda totalmente.

A internet aumenta a participação das pessoas em questões sociais

A internet é a melhor ferramenta para manifestar a minha opinião

Antes de aceitar um convite feito pela internet para uma atividade de participação social eu verifico se a fonte é confiável

Procuro aprender sobre causas sociais, ambientais e políticas pela internet

A internet permite a melhor organização das pessoas para enfrentar problemas da sociedade

Aprovo quem participa de questões sociais e políticas apenas pela internet

A internet colabora com o aumento da visão crítica

A internet facilita o meu envolvimento em ações solidárias/doações de dinheiro, tempo, trabalhos e outros recursos para causas sociais

Prefiro não publicar minhas ideias sobre política na internet para não sofrer ameaças ou brigar com alguém

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

99

Discorda totalmente

Concorda totalmente

Não se aplica

Fonte: Pesquisa Juventude Conectada (2015)